

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**QUÊNIA REGINA MATOS DOS SANTOS**

**SOB O OLHAR DO CRONISTA:  
PRESSÁGIOS E SENTENÇAS DE SARAMAGO**

**PORTO ALEGRE**

**2012**

QUÊNIA REGINA MATOS DOS SANTOS

SOB O OLHAR DO CRONISTA:  
PRESSÁGIOS E SENTENÇAS DE SARAMAGO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

PORTO ALEGRE

2012

QUÊNIA REGINA MATOS DOS SANTOS

SOB O OLHAR DO CRONISTA:  
PRESSÁGIOS E SENTENÇAS DE SARAMAGO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Zilberman (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Inge Pritsch (FAPA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa do Roccio Souto (UFMS)

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

*Dedico este trabalho ao meu pai e amigo,  
Ciro Santos, por participar de todos os  
momentos importantes da minha vida.*

*Ao cronista compete ser o registador do tempo.*

*A bagagem do viajante*  
*José Saramago*

## RESUMO

Os estudos de obras de José Saramago normalmente se dedicam aos romances, pois, com eles, o autor se consagrou mundialmente. O ganhador português do prêmio Nobel de Literatura, no entanto, produziu em outros gêneros, como a poesia, o conto e a crônica, por vezes intertextualizados e focados nos temas que aparecem nos romances. Este estudo pretende analisar as crônicas publicadas pelo autor e produzidas a partir do ano de 1968, incluídas as compostas para o *blog* do autor, finalizado em 2009. Esses textos abordam a análise crítica de Saramago acerca de Portugal, do povo português ou de questões que envolvam acontecimentos ou personalidades internacionais, retratando, no conjunto das crônicas, os diversos processos políticos e sociais pelos quais seu país passou. Sendo escassa a teoria a respeito desse gênero que trata do cotidiano, as considerações e definições do autor propostas em entrevistas e no corpo de suas crônicas servem como referencial teórico para a análise de seus textos, com o suporte da fortuna crítica formulada para outros gêneros e adaptada em relação à crônica. Com base nesses fundamentos, foi proposta uma classificação para a crônica saramaguiana a partir de três categorias: a memorialística, a política (ou de intervenção) e a ficcional. O exercício como cronista influenciou na composição de seu estilo, com a presença do popular em sua escrita, na conversa com o leitor e na tentativa de aproximá-lo do autor, mostrando-se como homem e escritor preocupado e envolvido com as questões de seu tempo, principalmente com as que se referem a Portugal, enfatizando que, em sua essência, é um escritor português.

**Palavras-chave:** José Saramago. Portugal. Crônica. Intervenção. Leitor.

## ABSTRACT

The studies of José Saramago's works are usually about his novels as they made him famous worldwide. However, the Portuguese writer who won the Nobel Prize in Literature produced works in other genres such as poetry, short stories and chronicles which were sometimes intertextualized and focused on topics that were also in the novels. This study intends to analyze the chronicles published by the author and produced after the year of 1968, including the ones made for the author's blog, finished in 2009. These texts deal with the critical analysis of Saramago regarding Portugal, the Portuguese people and questions involving international events and personalities which are portraying, in the group of the chronicles, several political and social processes by which his country underwent. As theory concerning this kind of genre that deals with daily life is so sparse, the author's considerations and definitions proposed in interviews and in his chronicles themselves serve as theoretical reference to the analysis of his texts, along with the critical fortune formulated to the other genres and adapted for the chronicle. Based on these principles, it was proposed a classification for the Saramaguian chronicle concerning three categories: the memorialistic, the politics (or interventional) and the fictional one. The exercise of writing chronicles influenced him in composing a Saramaguian style, with the presence of popular in his writing, in the talk with the reader and in the attempt to approach him/her to the author, showing himself as a man and a writer worried and involved with questions of his time, mainly the ones concerning Portugal, emphasizing that, in his essence, he is a Portuguese writer.

**Key words:** José Saramago. Portugal. Chronicle. Intervention. Reader.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 ANALISANDO PORTUGAL: SARAMAGO EM CONTRASTE</b> .....	<b>11</b>
2.1 PORTUGAL: IMAGEM E AUTOIMAGEM .....	11
2.1.1 Portugal em torno do centro .....	16
2.1.2 A identidade portuguesa na fronteira da Europa .....	24
2.2. UM ESPAÇO NA ZONA DE FRONTEIRA .....	30
<b>3 SARAMAGO EM CRÔNICA</b> .....	<b>35</b>
3.1 A CRÔNICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	35
3.2 JOSÉ SARAMAGO, UM CONTADOR DE HISTÓRIAS .....	37
3.3 SOB O OLHAR DO CRONISTA.....	42
3.3.1 Crônica memorialística: possíveis resgates.....	43
3.3.2 Crônica política: a intervenção cívica .....	46
3.3.3 Crônica ficcional, ou também intervenção? .....	50
<b>4 ESTILO SARAMAGUIANO: A ARQUITETURA DA PALAVRA</b> .....	<b>54</b>
4.1 JOSÉ SARAMAGO, UM NARRADOR DE SEU TEMPO .....	54
4.1.1 De pessoa para pessoa.....	62
4.2 UMA VOZ POPULAR E PORTUGUESA.....	65
4.2.1 A escola do escritor: influências a Saramago .....	66
4.2.2 Sentenças marcadas de um escritor .....	71
4.2.3 Presságios: a interligação do hoje e do ontem nas crônicas de Saramago .....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>84</b>
<b>ANEXO A – Crônica o tempo das histórias</b> .....	<b>88</b>
<b>ANEXO B – História do rei que fazia desertos</b> .....	<b>91</b>
<b>ANEXO C – Natalmente crônica</b> .....	<b>93</b>
<b>ANEXO D – Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio</b> .....	<b>95</b>
<b>ANEXO E – Relação temporal entre a escrita das crônicas e a dos romances</b> .	<b>97</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto é a obra do escritor português José Saramago, são comuns as referências ao seu grande talento como romancista, muitas vezes acompanhado pelo adjetivo histórico. O autor, porém, dizia que sua principal característica era ser um escritor português, pois Portugal sempre foi sua melhor história. Consciente de que sua voz ecoava publicamente por meio de seus textos, Saramago procurou se manifestar nas várias fases políticas de seu país. Na época do regime ditatorial de Salazar, o autor encontrou nas páginas de alguns jornais um espaço valioso, usado na tentativa de conscientização e de transformação cultural da sociedade. Tal espaço no rodapé do jornal foi amplamente usado após se transformar em lugar privilegiado para cronistas como Saramago entrarem em contato com seu leitor, dando ênfase ao cotidiano. Assim, as crônicas do autor ganharam destaque e contribuíram para que ele fosse reconhecido como um intelectual ligado aos acontecimentos de seu tempo, antes mesmo de sua revelação como romancista.

Este estudo pretende analisar suas crônicas organizadas em três categorias, a memorialística, a política - e seu viés interventor cívico – e a ficcional (esta por vezes também aparece como intervenção), destacadas dos livros *Os apontamentos* (1990), *Folhas políticas* (1999), *Deste mundo e do outro* (1997), *A bagagem do viajante* (2007), *O caderno* e *O caderno 2*, ambos de 2009. Sob o olhar do cronista, elas apresentam um retrato histórico de Portugal e do povo português, além de uma leitura dos acontecimentos que envolvem a humanidade, fundamentadas nas teorias que o autor elaborou ao abordar sua escrita e sua função como analista das ocorrências diárias de qualquer natureza. Os temas apresentados pelo autor aparecerão nos romances que o consagraram definitivamente no cenário literário mundial, formando um conjunto de ensaios em prosa que influenciará seu estilo narrativo. Suas crônicas traçam um paralelo entre o passado e o futuro e destacam a visão clara do autor em relação à realidade vivenciada coletivamente, justificando o estudo do gênero em José Saramago.

Sendo pequena a teoria acerca desse gênero, servem como fortuna crítica para este estudo as definições do autor em relação à crônica, retiradas das diversas

entrevistas concedidas e também de suas crônicas quando, em metanarrativa, articula sobre o gênero, sobre o narrador, sobre o leitor e sobre sua escrita. Autores como Walter Benjamin, Umberto Eco e Terry Eagleton dão suporte às articulações de Saramago, juntamente com teóricos que também pensaram Portugal e a posição que ocupa no cenário mundial. Em um primeiro momento, a visão sociológica, culturalista e/ou filosófica de autores como Boaventura de Sousa Santos, Miguel Real e Eduardo Lourenço é contrastada com a do autor, que tentou entender o país em suas várias transformações políticas e sociais. Esses intelectuais aproveitaram o espaço único que surgiu após o 25 de abril de 1974 para contribuir com a formação cultural de Portugal, estabelecendo um elo entre as classes menos favorecidas e o Estado, sempre autoritário e manipulador de informações. Esse papel coube muito bem nas intenções do cronista Saramago, cuja posição diante dos fatos era a de intervir e questionar o poder do governo.

A crônica, pois, inseriu-se na essência do que é o autor José Saramago, um contador de histórias. Para Benjamin (2010, p. 213), “quem ouve uma história está na companhia do narrador. Mesmo quem a lê usufrui dessa companhia”. Insistindo que é o narrador de seu texto, Saramago faz ecoar sua voz dentro da escrita, conversando com o leitor, articulando e propondo reflexão sobre temas que muitas vezes passam despercebidos pelo olhar menos atrevido e desconfiado, além de promover algumas polêmicas na tentativa de entender o mundo à sua volta e as pessoas que fazem esse mundo. Como narrador de seu tempo, Saramago usou a crônica como ferramenta para fazer conhecer sua visão de mundo, no passado e por intermédio do *blog* disponível no *site* da Fundação José Saramago desde o ano de 2008, cujos textos foram organizados em dois livros, *O caderno* e *O caderno 2*, já destacados nesta parte do trabalho.

Este estudo, portanto, é composto de cinco capítulos, incluindo a introdução como capítulo um e a conclusão como capítulo cinco. Partindo de uma tentativa de traçar um panorama político-social de Portugal, o segundo capítulo, “Analisando Portugal: Saramago em contraste”, apresenta uma abordagem do país como reflexo de acontecimentos passados e como ressignificação de seu papel na contemporaneidade. Para tal, são trazidas as perspectivas de intelectuais que discutiram Portugal, em uma conversa constante com a visão do autor e com suas teorias acerca do país. O terceiro capítulo, “Saramago em crônica”, apresenta um

panorama do percurso da crônica em Portugal e como ela influenciou o estilo narrativo do autor, de forma que se observem as variantes presentes em seu modelo narrativo. Nesses textos, Saramago aborda a realidade do Portugal colonial e pós-colonial, durante e após a Revolução dos Cravos, e também a partir de sua entrada na União Europeia, afirmando sua condição de fiel analista de seu país, dentre outros temas abordados nas três categorias elencadas para este estudo.

O quarto capítulo, “Estilo saramaguiano: arquitetura da palavra”, retoma o conceito de narrador e abrange a aproximação de autor e narrador na narrativa de Saramago, cujas considerações são intencionais a fim de definir ou saudar seu estilo narrativo. Por intermédio de metanarrativas, como mencionado, o autor explica a funcionalidade de sua escrita e aborda a função do cronista, assim como a concepção acerca do leitor e sua importância para o escritor. O modo como o que é popularmente português se inseriu no estilo saramaguiano foi destacado por meio de um recorte das influências que o autor recebeu em sua infância, nas leituras regulares em sua fase adulta e mais tarde, na sua experiência como cronista. A partir da lente do autor, muito se reconhece do que é ser português e do que faz Portugal permanecer um país na fronteira (física e simbólica) da Europa.

## 2 ANALISANDO PORTUGAL: SARAMAGO EM CONTRASTE

### 2.1 PORTUGAL: IMAGEM E AUTOIMAGEM

País de profunda religiosidade, povo dono de uma relação intensa com o sagrado, esperançoso, sentimental, aventureiro, sonhador e saudosista, Portugal recebe muitas denominações, umas alicerçadas em mitos passados, outras realistas e preocupadas com seu destino. Sua distância tecnológica de outros países europeus garante-lhe uma vocação universalista, a de tornar-se outro, vivendo, por vezes, uma vida que não é a sua, “sendo o que não é”, definição de Real (1998, p. 185) como sendo a principal característica do português em sua caminhada errante até o presente. Miguel Real (2007, p. 11) elenca quatro complexos envolvendo a história cultural do país, os quais são o complexo viriatino, que identifica a origem exemplar do português como homem puro, herói e virtuoso, como na imagem figurada por Camões; o complexo vieirino, que postula a imagem de nação superior determinada pelo passado e o regresso desse; o complexo pombalino, quando o português descobriu-se inferior, sob o comando dominante do Estado e cujo único e melhor destino seria a Europa e, por último, o complexo canibalista, o canibalismo cultural, quando o português foi pesadamente destruindo a doutrina de outro quando uma nova emergência discordando da anterior, como ocorreu, por exemplo, no Tribunal do Santo Ofício e no Estado Novo de Salazar.

Em uma visão acerca do Portugal contemporâneo, as palavras de José Saramago dialogam com a definição do último complexo citado por Miguel Real:

Um país como Portugal, e não é o único nessa situação, que não tem uma ideia própria de futuro para toda a coletividade, vive numa situação de total dependência. Não temos mais ideias do que as que nos dizem que devemos ter. A União Europeia nos dita o que devemos fazer em todos os níveis da vida. Caminhamos para a pior das mortes: a morte por falta de vontade, por abdicação. Essa renúncia é também a morte da cultura. Por isso creio que um país morto, como Portugal, não pode fazer uma cultura viva (SARAMAGO, 2010, p. 101).

A visão de mundo do autor é marcante nesse trecho da entrevista concedida em 1994. Para José Saramago, Portugal estava morrendo por deixar de pensar, por deixar de ser autônomo em suas atitudes, afetando sua consciência coletiva e sua transformação cultural. Da mesma forma, Real (2007, p. 16) entende que “Portugal não tem feito história da cultura com o pensamento”, além disso, o que provoca a desilusão dos autores diante de tais atitudes é que tudo isso ocorreria por falta de vontade própria e, pior, por desistência, uma das características negativas do português.

De fato, muitos estudos acerca de Portugal apontam para seu passado, que se reflete em seu presente e teima em projetar-se em seu futuro, moldando a identidade do português, seja ele pertencente à elite intelectual seja às camadas simples do povo. Nesses estudos, busca-se entender os acontecimentos sociais e suas consequências na história do país. Para isso, a cultura de um grupo social, segundo Santos:

Não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos que ocorre no sistema mundial e que, como tal, não é compreensível sem a análise da trajetória histórica e da posição desse grupo no sistema mundial (SANTOS, 2010<sub>b</sub>, p. 148).

Para o sociólogo, portanto, somente uma análise panorâmica histórico-social e político-cultural, abrangendo a trajetória do país, produziria resultados suficientes para compreendermos sua realidade contemporânea. Com isso, critica alguns aspectos das análises culturalistas, que tentaram sintetizar a cultura portuguesa em conceitos como “aventuras”, “sentimentalismo” e “saudosismo”.

Nesse sentido, alguns teóricos da Sociologia e de outras áreas, com a intenção de intervir na formação cultural de Portugal, partiram para uma análise crítica dos estudos sobre esse tema, tendo em vista que alguns estudiosos separavam o que era social do que era científico, ou seja, separavam a natureza da sociedade. A dicotomia natureza/sociedade deveria ser superada, pois as ciências sociais e as naturais devem aproximar-se para que, juntas, possam construir um conhecimento científico que ajude a entender os acontecimentos sociais e a produzir

um novo e verdadeiro sobre a natureza desses acontecimentos, à medida que os observa e interpreta sob um olhar autônomo, imparcial.

A verdade sociológica, segundo Santos:

Consiste na representação fiel ou, pelo menos, o mais aproximada possível da realidade que existe, independentemente das formas que assume e dos processos através dos quais é produzido o conhecimento que se tem dela (SANTOS, 2010<sub>a</sub>, p. 138).

É claro que, nos dias atuais, outro fenômeno que influi nesse estudo são as diversidades culturais, que destacam várias formas de ser e de estar no mundo que, junto com a globalização e seus processos concretos, reais e virtuais, além da mobilidade translocal de concepções ou ideias, divergem do conceito de unidade das tendências epistemológicas do século XX. Elas representam a pluralidade, a heterogeneidade e a fragmentação, articulando uma transformação na cultura de universal, que nega as diferenças, para global que, por sua vez, subordina o local (SANTOS, 2010<sub>a</sub>, p. 144).

Nas pluralidades epistemológicas, encontramos todos os processos e as ideias incluídas nesses, como o econômico, o político, o social e o cultural, às vezes agindo em parceria ou como antagonistas, circulando entre o poder e a subordinação permanentes em um ambiente globalizado, em que a alteração das ideias demanda também alterações nos saberes, o que causa, como quer Santos (2010<sub>a</sub>, p. 147), “uma impossibilidade da epistemologia geral”. Assim, vários saberes devem cruzar-se a fim de formarem uma prática de saberes infinita, dialogando com a tecnologia e se afastando do que alguns estudiosos defendem: a monocultura do saber. Um retorno, portanto, à História de Portugal, é imprescindível para que se possa alcançar o entendimento acerca desse país repleto de contrastes e sempre inspirado a iludir-se quanto à sua real situação no mundo.

Por mais de quinhentos anos, a nação portuguesa viveu sua era colonizadora. Viver de seus feitos do passado foi uma atitude comum aos portugueses. Conforme Mattoso (2001, p.104), “foi preciso a democratização da sociedade portuguesa, e a perda das colônias, para que o passado deixasse de ser visto como um tempo glorioso ou como uma ‘idade de ouro’”. Com isso, Portugal viu-se obrigado a pensar

no presente sem a ideia de um passado perfeito, mitificado ao longo dos séculos e, incapaz, então, de manter-se vivo. Ao encontrar sua nova realidade, os portugueses notaram-se diminuídos.

Antes disso, o regime ditatorial de Salazar, o Estado Novo<sup>1</sup>, impunha ao povo condições semelhantes às do fascismo de Mussolini, sob o comando da União Nacional, partido que definia a forma como os portugueses deveriam pensar, com a censura à produção cultural, jornalística e intelectual, a repressão aos opositores do regime e o controle das atividades econômicas, o que refletia muito em qualquer tentativa de formação de grupos, principalmente os sindicatos. Além disso, com sua política colonialista irracional e retrógrada em relação aos demais países colonizadores, que concederam a independência às suas colônias, Salazar não seguiu as tendências de democratização que ocorria em todo o mundo, calcando-se na atual política nacionalista, cuja missão era fazer com que todos os portugueses pertencessem a um único partido, por meio do qual excluiu Portugal de qualquer comunicação com os demais países europeus ou de outros continentes, acentuando sua ideia fixa de que os portugueses estavam orgulhosamente sós.

Como evidência de que a plataforma da União Nacional era permanente para aqueles políticos, milícias, como a Mocidade Portuguesa, inculcavam nos jovens portugueses os valores do regime, o que acontecia de fato, pois Salazar foi cultuado por muitos portugueses, sob a ilusão irracional de terem, finalmente, encontrado um salvador para Portugal, o que sugere, como quer Saramago, que os homens necessitam pertencer a algum lugar, partido ou filosofia de vida:

Da maneira como existem hoje, os nacionalismos são absolutamente insolidários. Em contrapartida, creio que o sentimento de pertencimento das pessoas, palavra que me agrada mais do que nacionalismo, é real, por mais irracional que possa parecer. Parece que a História demonstrou que todos nós precisamos ter algum lugar ao qual pertencer, e isso parece uma realidade (SARAMAGO, 2010, p. 430).

---

<sup>1</sup> Estado Novo é o nome do regime político autoritário e corporativista de Estado que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974, quando foi derrubado pela Revolução do 25 de Abril. A Constituição de 1933, embora formalmente estabelecesse um compromisso entre um estado democrático e um estado autoritário, permitiu que a práxis política conduzisse à rápida prevalência deste último. Ao Estado Novo alguns historiadores também chamam II República, embora tal designação jamais tenha sido assumida pelo próprio regime. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OEstadoNovo.aspx>> Acesso em: 01 maio 2012.

As palavras de Saramago concordam com a posição destacada por Said acerca da impossível separação do indivíduo do que é coletivo:

Todos nós, sem exceção, pertencemos a algum tipo de comunidade nacional, religiosa ou étnica; ninguém, por mais que seja o volume de protestos, está acima dos laços orgânicos que vinculam o indivíduo à família, à comunidade e, naturalmente, à nacionalidade (SAID, 2005, p. 50).

Ainda sob o olhar de Saramago (2010, p. 430), para ser alguma coisa, as pessoas devem ter ideias, “do mundo, do homem, da sociedade, da relação entre as pessoas, ideias que se orientam em um sentido e outro, conforme se esteja mais à esquerda ou mais à direita”<sup>2</sup>. Contudo, era isto o que Salazar estava evitando, que os portugueses tivessem ideias, o que gerou a saída do país de muitos intelectuais, como Eduardo Lourenço, o que configura o complexo canibalista defendido por Real, que é também exemplificado pelo autoexílio. Para Saramago (2010, p. 430), o grande erro da esquerda foi achar que o nacionalismo era coisa da direita, quando, na verdade, “não se pode apagar das mentes dos povos e das pessoas a sua cultura, sua religião, sua língua, etc., por mais que isso, do ponto de vista racional, não tenha muito sentido”. Assim, com a força de uma ideia, a da democracia, em setembro de 1973, organizou-se um movimento com planos de derrubar o governo ditador de Salazar, movimento que culminou com o golpe de estado de 25 de abril de 1974.

Entretanto, após o fim do Estado Novo, Portugal não alcançou a estabilidade política procurada, mostrando que a nação acostumou-se somente a ter sido grande nesse sentido, mas não soube voltar a sê-lo. Muitas tentativas de reorganizar o país fracassaram, fato que resultou em um marcante número de portugueses buscando na emigração uma possível melhora de vida. Mattoso (2001, p. 175) descreve bem a situação em que se encontravam alguns cidadãos ao citar que “quem lutava contra a penúria, a fome ou a exploração, tinha de colocar a esperança num além ou num amanhã situados num espaço ou num tempo imaginários”. Ainda, para uma parcela dos portugueses impõe-se uma relação saudosista mítica com seu país, o que é bem evidenciado quando Virgílio de Carvalho (1985) cita que “foi Portugal quem,

---

<sup>2</sup> O termo político socialista “esquerda”, nesse trecho, define a posição partidária contrária ou adversária em relação ao governo, sendo esse a “direita”.



cortando com a propensão continental da Europa, ligou por mar diversos oceanos, abrindo caminhos e horizontes às [nações] que lhe seguiram”. Os que fazem parte desse grupo ainda se lembram de seu passado histórico mítico e não conseguem sair do que Lourenço (2000, p.13) chamou de “labirinto da saudade”.

Essa definição de Lourenço se relaciona à questão apontada por Miguel Real (1998, p. 165) quanto à tendência para a escolha inconsciente do português naquele momento, escolha que marcaria sua trajetória futura, que era a de “ser hiper-português saudosista ou um português comum europeizado sem a velha alma orgulhosa de ser portuguesa”. A grandeza de Portugal, portanto, estava vinculada às conquistas territoriais, e com a emancipação de suas últimas colônias ocorrida após o 25 de abril, sua entrada na União Europeia<sup>3</sup> seria solução para problemas de um país treze anos devastado economicamente pela guerra colonial<sup>4</sup>, além de configurar o retorno do país ao centro, o que remete ao complexo pombalino destacado por Real.

### 2.1.1 Portugal em torno do centro

O fato de ser membro aceito na União Europeia, contudo, vem acompanhado da consciência de ser um componente menor aos olhos da grande Europa, fazendo com que o português se percebesse diminuído em relação ao europeu dos países centrais, imitando seu modo de vida, mas não conseguindo desenvolver-se culturalmente, no ritmo europeu ditado por esses países, o que não contribuiu muito para a formação da nova realidade e imagem para os portugueses e é marca de sua posição periférica dentro do grupo. Lourenço (2001, p. 110), em seu livro *A Europa desencantada*, chamou a adesão à União de “um privilégio”, pois ser aceito por ela era vital para os países ainda excluídos do grupo, que, por sua vez, mitificavam-na,

---

<sup>3</sup> A União Europeia (UE) é uma união econômica e política que tem as suas origens na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e na Comunidade Econômica Europeia (CEE), formadas em 1958. O Tratado de Maastricht estabeleceu União Europeia como seu nome atual em 1993. Para este estudo, usa-se o nome União Europeia para análise de todos os textos, mesmo os escritos antes da determinação da nomenclatura atual.

<sup>4</sup> Apesar das tendências de descolonização que se tinha produzido em todas as partes de África desde 1960, Portugal manteve suas colônias no ultramar. Por isso, viu-se enredado em longas lutas coloniais como as ocorridas entre ele e Moçambique, Angola e Guiné, povos que lutavam por sua independência.

o que a fazia maior e mais poderosa do que realmente era, pois aqueles que viviam à sua margem não se percebiam tão europeus quanto às outras nações componentes do grupo.

O sentimento do povo português em relação à sua posição periférica na Europa, quando foi aceito na então chamada Comunidade Europeia, foi evidenciado na definição do colunista do jornal português *Diário de Notícias*, sentimento que se mantém até os dias atuais:

Temos demasiado presente a noção de periferia e sentimos intensamente a dificuldade de superarmos a nossa situação excêntrica. Por temperamento, gostaríamos de estar no centro dos acontecimentos, mas a ilusão é passageira e depressa caímos no cepticismo (MARTINS, 1988, p.7).

Esse sentimento destacado por Martins ganha maiores proporções quando os resultados buscados com a admissão de Portugal na União deram lugar à decepção e ao abalo moral da sociedade portuguesa, conforme denunciado por Albuquerque, também jornalista do *Diário de Notícias*:

A cremos nos discursos de optimismo e euforia que se têm multiplicado nos últimos tempos, Portugal é hoje um país maravilhoso para se viver. Apesar de todos os dias ruírem habitações degradadas – e muitas outras há sem água, luz ou instalações sanitárias – o cidadão é diariamente bombardeado com afirmações do gênero: é bom morar em Portugal. (ALBUQUERQUE, 1988, p.18)

Essas articulações remetem à reflexão de Hannah Arendt quanto à postura dos que buscavam entendimento acerca do mundo à sua volta. Segundo a autora (2008, p. 26), esses estão “cada um à sua maneira, e uns poucos, dentro de sua capacidade, tentando entender até mesmo a inumanidade e as monstruosidades intelectuais e políticas de uma época desarticulada”.

Mesmo sendo sentida e definida como periférica, conforme as teses de Boaventura, a sociedade portuguesa é semiperiférica. O conceito de semiperiferia, porém, não é consistente, mas sim vago e múltiplo, pois é deveras complicado definir as características dos países nessa posição entre dois polos, sendo difícil

delimitar onde começa e onde termina a zona intermédia entre eles. Boaventura de Sousa Santos define as sociedades semiperiféricas como:

Sociedades intermédias no duplo sentido de apresentarem estádios intermédios de desenvolvimento e de cumprirem função de intermediação na gestão dos conflitos entre sociedades centrais e sociedades periféricas suscitados pelas desigualdades na apropriação do excedente produtivo à escala mundial (SANTOS, 1989, p. 871).

Embora, em parte, seja um conceito negativo, tendo em vista que parece ser uma situação dissolúvel ou estável, sem a opção de evolução, Portugal é definido pelo autor como sendo um país nessa posição, pois muitas de suas características são próprias dos países centrais e outras, dos países periféricos. Em contrapartida, como sociólogo, Santos buscou definir um novo lugar para Portugal dentro da União Europeia e do cenário internacional, já que sua anterior postura de império deveria ser substituída por outra de diferente patamar, mas também importante. De acordo com Santos:

O conceito de semiperiferia é um conceito negativo na medida em que as características atribuíveis aos Estados ou sociedades semiperiféricas não assentam numa materialidade própria nem dispõem de uma lógica evolutiva específica, e são antes uma mistura das características atribuíveis aos Estados ou sociedades centrais e periféricas (SANTOS, 1989, p. 870).

É notável que a condição de atenuador dos conflitos entre os Estados periféricos e os centrais coube muito bem a Portugal enquanto império, mas após a descolonização e o fim da era imperial não seria automática e radical a alteração da posição do país no sistema mundial. Seria necessária, segundo Santos (1989, p. 871), uma renegociação da posição do país no cenário mundial no sentido de “tentar uma nova estabilização na semiperiferia, com base noutras relações no interior do sistema mundial, tornadas possíveis pelas condições internas da nossa formação social”, isso porque essas condições também não se alterariam radicalmente.

Assim, Portugal não consegue viver a modernidade de forma plena, suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais são específicas e complexas, configurando-se em objeto de análise para estudiosos como Santos, cuja teoria se

aplica somente à Europa e à sociedade portuguesa, tendo em vista que não é possível uma comparação sistemática entre Portugal e Grécia, por exemplo, que recebe o tratamento de periferia dentro do contexto da União Europeia. Dessa forma, ainda citando Santos em relação unicamente à sociedade portuguesa enquadrada no conceito já mencionado de semiperiferia:

Como sociedade semiperiférica, a sociedade portuguesa é uma sociedade de desenvolvimento intermédio, cujo papel estrutural no sistema mundial é o de realizar, no contexto europeu em que se situa, a intermediação entre os países centrais e os países periféricos (SANTOS, 2010<sub>b</sub>, p.94).

Uma das características que define Portugal como um país semiperiférico é o fato de sua sociedade não conseguir sair da tutela do Estado, fato que o desqualifica para participar, por exemplo, do processo de mundialização do mercado, sendo que, em termos capitalistas, muito da economia do país provém do mercado simples, que não é capitalista, como o das agriculturas familiares ou comunitárias, que precisam do Estado para geri-las. Essa organização comunitária, por sua vez, não evolui até uma organização em classes, de forma autônoma, não colaborando, assim, para o crescimento econômico e também político em esfera nacional, com representantes para gerar regras políticas e sociais e criar, junto ao Estado, padrões de eficiência em suas execuções, o que evitaria, dessa forma, um Estado autoritário. Ainda, esse fato contribui para uma péssima divisão de renda, causando desigualdade social e qualidade de vida beirando à sobrevivência para algumas camadas da sociedade.

Para José Saramago, os governos são sempre falhos, precários, não envolvidos socialmente a ponto de promover o que o autor chama de “revolução”, seja ela político-social seja cultural, mas articulada democraticamente, que possibilite organizações sociais fortes e pautadas na melhora administrativa das economias rurais ou operárias, entre outras, e propicie debates entre o governo e a liderança dessas a fim de definir suas diretrizes. Na crônica “Um governo menos provisório”, de 1975, o autor trata da imagem de Portugal naquele momento de reestruturação do Estado:

Portugal dá neste momento a imagem de um país vagaroso, que gira por simples velocidade adquirida e também (felizmente) porque as suas vanguardas campesinas e operárias ainda empurram esta emperrada carroça (SARAMAGO, 1990, p. 311).

Em consequência desse sistema inadequado, o Estado, como regulador da economia, torna-se autônomo em suas políticas, particularidade semiperiférica que denota qualidade em um certo sentido, o de ser organizado, e defeito em outro, o da falta de estrutura social para organização de classes, como já mencionado. Essa situação é bem definida nas palavras de Santos e é característica do Estado português desde o golpe de 1926 até a revolução de 1974, datas inicial e final do governo denominado Estado Novo:

Os Estados semiperiféricos são, em geral, bastante autônomos na definição das políticas (ainda que não necessariamente nas acções políticas que delas decorrem) e tendem a ser internamente fortes, sem que, no entanto, a força do Estado se converta facilmente em legitimação do Estado (como sucede, em geral, nos países centrais), independentemente da legitimidade dos regimes democráticos do momento, assentes sempre em equilíbrios precários (SANTOS, 1989, p. 873).

Essa teoria de Santos é empírica no caso do Estado português, cujas ações propostas não entraram em prática para viabilizar o crescimento econômico e social, criando leis que poderiam favorecer esse crescimento, mas burocratizando a execução dos processos, o que pode ser entendido como uma autonegação do Estado. Essa contradição geral pode defini-lo como um Estado duplo, atuando ora por ação, ora por omissão, permitindo, por conseguinte, a estruturação de um governo informal, agindo paralelamente ao formal, o que ocasiona práticas sociais econômicas que burlam a lei e geram instabilidade estrutural da atuação do governo. Contudo, mesmo com esse desequilíbrio por parte do governo, a dominação estatal é efetiva e implica práticas sociais que mantêm o país na semiperiferia:

Ao nível da prática estatal concreta e efetiva, isto é, do conjunto das ações e das omissões do Estado no quotidiano da regulação social, o Estado parece ter minguado no seu raio de acção oficial e perdido força e motivação para mobilizar os meios de que formalmente dispõe. As burocracias parecem demasiado pesadas para atingirem os seus fins e os aparelhos parecem bloqueados. Em consequência, o Estado age

frequentemente à revelia das políticas oficiais que se propõe, por acção ou omissão, com comportamentos que o violam, quando não chegam a fomentá-lo (SANTOS, 1989, p. 890).

Esse quadro impede Portugal de sair da zona intermédia, quando o Estado anda contra a corrente de suas próprias políticas, as quais poderiam fortificar economicamente a sociedade a fim de conduzi-la a um patamar semelhante ao dos países centrais, com práticas de regulação que visassem ao crescimento social. Em contrapartida, o real valor da sociedade portuguesa, com suas crenças populares, seu senso comum apuradíssimo, sua arte e literatura populares e as tecnologias tradicionais, dentre outras, não conduzem o país à designação de país central, pelo contrário, conduzem a uma sociedade que não vê o crédito pelo seu trabalho, muito menos se sente valorizada do ponto de vista da cidadania, fomentando seu sentimento de inferioridade em relação aos demais países membros da União Europeia. O Estado, para Saramago, pode concretizar suas propostas, basta governar no sentido prático.

Mesmo se referindo ao governo provisório da época, as palavras do autor na continuação da crônica “Um governo menos provisório” podem ser consideradas em relação aos governos que vieram depois em Portugal. A ideia que o cronista faz sobre o ato de governar é objetiva, clara, como deve ser o governo, no entanto, a questão que ele elenca no final do trecho dessa crônica foi respondida pela história com um sim, pois outros governos vieram após esse para o qual essas palavras estavam endereçadas. Muitos outros passaram, porém não ouviram a exortação do cronista, que evidenciava a vontade do povo quanto a todos os governos, pois, segundo Saramago (1990, p. 312), “o interesse do povo português lhes ordena que governem definitivamente”. Assim:

Governar na prática, naquela boa prática que é, como experiência, a mãe de todas as coisas, deixando a legistas e legalistas o cuidado acadêmico de medir por milímetro os pretensos desvios. [...] A resolução das crises, até hoje, nem sempre tem sido o degrau para subir, mas apenas o patamar para repousar um pouco enquanto se prepara a próxima crise... E isto tem acontecido entre palmas e vivas, neste triunfalismo de povo privado de alegrias até ao dia em que se viu a braços com todas elas juntas. Daí que a nossa vida se tenha desenvolvido em dois níveis, o da palavra e o do acto, cada vez mais afastados um do outro, cada vez mais puxando e repuxando, até... Até quebrar? (SARAMAGO, 1990, p. 311)

Sob esse governo e apesar de viver aparentemente como os europeus desses países, o português dessa época não viu o reflexo da melhora de seu poder aquisitivo na elevação do padrão cultural nem em hábitos de comportamento, fator que marca sistematicamente sua identidade. Assim, não poder viver a modernidade ocorre também em consequência de sua integração com a União Europeia, fator ainda pendente de ser definido, pois Portugal tanto pode vir a ser centro, como aconteceu, por exemplo, com a Itália e a Espanha, como pode voltar a ser periferia, caso o país resista culturalmente à Europa, o que seria contraproducente. Para Real (1998, p. 173), “seria anacrônico, ridículo e irracional, sobrepor a nossa identidade desequilibrada às identidades plurais de que a Europa se vai fazendo”.

Contudo, esse desequilíbrio que Real designa como característica da identidade portuguesa é também característica de sua política social, como prevê Santos (1989, p. 890) acerca da posição de Portugal no cenário mundial, quando diz que “tudo leva a crer que essa fase termine pela consolidação de uma posição semiperiférica assente em bases novas”. Em uma visão realista, porém, esse autor define que esse desfecho está ainda longe de ocorrer, e isso é bem evidenciado pela atuação do Estado.

Para Saramago, os governantes agem dessa forma porque a maioria na sociedade, infelizmente, não tem condições de entender o que se passa de forma correta, agindo passivamente, colocando-se em uma situação de dependência em relação ao Estado, esperando desse, no sentido de ter esperança, uma melhora em sua condição de vida. Em uma de suas crônicas do livro *A bagagem do viajante*<sup>5</sup>, intitulada “O tempo das histórias” (Anexo A)<sup>6</sup>, acerca dos discursos do governo, o autor critica o uso da linguagem com sentido duplo para enredar entendimentos e bloquear reações adversas, em uma visão clara em relação ao governo. Para o autor, Portugal encontrava-se alheio aos seus reais problemas, situação que perduraria enquanto a sociedade como um todo não amadurecesse intelectualmente a fim de ter voz ativa e participar efetivamente da mudança cultural tão necessária ao país:

---

<sup>5</sup> As crônicas retiradas do livro *A bagagem do viajante* (2007) e *Deste mundo e do outro* (1997) não apresentam datas individuais, como será abordado posteriormente.

<sup>6</sup> As crônicas destacadas nos anexos A, B, C e D foram escolhidas por representarem, a do Anexo A, um exemplo das crônicas de intervenção política, e as seguintes, exemplos de cada uma das três categorias apresentadas neste estudo.

Este país de gente calada, que dificilmente junta duas ideias de forma inteligível, sem os bordões onomatopaicos a que a frase se vai laboriosamente encostando – é, ao mesmo tempo, um dos países em que mais se fala. Compreende-se porquê. Aqueles a quem é dada a autoridade e às vezes a ordem de falar, sabendo que falam para uma população de alheados, usam e abusam do verbo, numa espécie de jovial impunidade. De mais sabem eles que não terão contraditores, que ninguém lhes apontará as incoerências, os ilogismos, as contradições, os atentados contra a verdade, os erros de gramática. [...] Sobre a realidade do país assenta pois um tecido de palavras de que se poderia tirar uma trama supostamente expressão em linguagem dessa mesma realidade. [...] Alguém que conserve ainda um mínimo de dignidade cívica, de responsabilidade, terá forçosamente de sentir-se humilhado diante de uma situação que o mantém em estado de menoridade intelectual, de adolescência vigiada, de infância estrangida (SARAMAGO, 2007, p. 144-145).

Segundo o olhar crítico do cronista, o governo português da época iludia a sociedade com mandos e desmandos autoritários, antidemocráticos e demagógicos. O futuro da sociedade portuguesa, portanto, estava cruelmente marcado pelas atuações políticas da época, cujas metas não eram as que fariam de Portugal um país realmente democrático que ocupasse uma posição de destaque na Europa.

Na sequência dessa crônica, suas palavras definem os problemas reais de Portugal sobre os quais o governo não falava, problemas que deveriam ser solucionados na época em que ela foi escrita para que no presente as palavras do autor não tivessem sentido. Entretanto, embora passada a época da repressão sob o governo militar de Salazar e a emigração de muitos portugueses, Portugal ainda é um país que não consegue acompanhar econômica e culturalmente os países centrais da União Europeia, cujos membros de destaque investiram, por exemplo, em programas de educação, base para uma sociedade se desenvolver e atingir estabilidade política e se solidificar como um país economicamente forte. De acordo com o autor:

A verdade é outra – e muito diferente. Os grandes problemas nacionais – a educação, a emigração, a liberdade de expressão, a representação política, o nível de vida, a informação, o apetrechamento industrial, o investimento estrangeiro, etc., etc. –, se nos gabinetes são discutidos com objectividade e pertinência (ou sê-lo-ão em obediência a soluções que o país não aprovou ou de que não tomou conhecimento), passam dali para o exterior envolvidos num gabinete de sons nebulosos que nos deixam a todos na igual e anterior ignorância (SARAMAGO, 2007, p. 144).



Nesse sentido, um cotejo entre as observações de Santos, Real e Saramago referentes às possibilidades futuras de Portugal sugere abordagens diferentes para um único problema, a falta de políticas sociais e envolvimento do governo em realmente alterar a situação em que o país se encontra, influenciando, por conseguinte, no modo como é percebida a identidade nacional. Sob um foco realista, porém negativo, Saramago entende que Portugal não crescerá economicamente, muito menos culturalmente, sem uma real democracia. Já Santos analisa a sociedade portuguesa e, como observado, não vê a possibilidade de alteração do quadro social do país em um curto período de tempo, hipótese embasada na transformação cultural pela qual deve passar a sociedade, cuja identidade ainda está firmada no passado glorioso de Portugal. Nisso concorda com as observações de Real, que acredita que esse é um dos motivos para Portugal não ter se estruturado como país central na Europa.

### **2.1.2 A identidade portuguesa na fronteira da Europa**

Preocupação obsessiva para estudiosos das ciências humanas e sociais, a questão da identidade, em relação a Portugal, é bastante complexa. Como a identidade de um povo como nação não está ligada à sua existência, cabe, no caso português, a sua desconstrução por meio da crise. De acordo com Lourenço (1994, p. 9) “a questão da identidade é permanente e é o acto de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projeto de ser aquilo que se é”. Sendo o português um povo determinado a ser conquistador, o abalo causado pela consciência de não mais o ser causou a crise de identidade mencionada por Stuart Hall:

A assim chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Contudo, para o português, essa crise cria um espaço paralelo de assimilação da realidade, porque, embora ele também tenha como característica a adaptabilidade a situações à sua volta, adaptabilidade, como quer Real (1998, p. 160), “plástica e instintiva”, sua outra característica, que é a mentalidade imaginativa, sonhadora, mais emocional do que racional, o leva à supervalorização de sua história, como o português apresentado por Camões ou Pessoa, aquele ligado ao seu passado histórico. Esse espaço paralelo, então, permite que a posição que esse português ocupa no mundo seja superior, inatingível, podendo, por vezes, ser partilhada por outros povos, mas nunca subjugada. Essa ilusão é destacada por Lourenço ao insistir que Portugal não tem problemas de identidade, pelo contrário, tem excesso de senso de nacionalidade, ou hiperidentidade:

Nós pensamos saber quem somos por ter sido largamente quem fomos e pensamos igualmente que nada ameaça a coesão e a consistência da realidade nacional que constituímos [...]. Deve ser mesmo difícil encontrar um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal (LOURENÇO, 1994, p. 10).

É notável como esse pensamento está presente em obras literárias de vários autores, como o já citado Camões, com *Os Lusíadas*, cujos cantos glorificam os feitos portugueses. Apesar de contribuir para a imagem que o português tem de si, mediante esta uniformização de ideias acerca do passado, no entanto, faz com que ele não invista em seu presente, pois parece que nada será suficiente nem alcançará o grau de exigência predeterminado, impossibilitando a organização do futuro. A esse respeito, Miguel Real concorda com Lourenço quando diz:

O facto iniludível de termos dado mundos ao mundo torna-nos dignos de referência histórica e de respeito cultural, mas não nos torna, por si só, dignos de possuímos uma vocação nacional superior à das outras nações. Para além disso, nada nos anais da História, após a perda da independência, em 1580, nos tornou dignos de louvor internacional, isto é, não cometemos nenhuma realização pátria que se assemelhe, ainda que modestamente, à aventura dos descobrimentos e que nos tivesse tornado dignos de ser luz do que quer que seja (REAL, 1998, p. 171).

A esse respeito, Saramago tem uma visão lúcida quando elabora a forma como o português pensa em seu passado. Em uma das crônicas, “Ir e voltar”, o autor cita a vaidade dos povos sendo alimentada por pensamentos de enaltecimento dos feitos de sua pátria:

Aqui em Portugal, se não exagero, temos a pecha de falar de mais da história que vivemos e fizemos, quando afinal não somos os únicos a medir a história pátria em séculos, e se é verdade que fomos descobridores e marinheiros, parecemos esquecidos de que todos os povos virados aos mares e aos oceanos algo acabaram também por navegar e descobrir: os gregos como os fenícios, os escandinavos como os holandeses, os espanhóis como os italianos (SARAMAGO, 2007, p. 159).

Quanto às realizações pátrias citadas por Real e Saramago, as colônias estabelecidas no ultramar pareciam ser, como instituiu Salazar, uma extensão de Portugal, cujo desmembramento seria sentido por toda a nação. Todavia, a separação ocorreu e não houve graves traumas de consciência para o português, caso diferente dos da França e Espanha, evidenciando que aquele possuía o que Lourenço (1994, p. 12) chamou de “segurança ontológica”.

Nesse sentido, contrastam-se dois sentimentos, um já abordado anteriormente, o qual é sua percepção como povo frágil econômica, técnica e politicamente, e o outro é essa segurança exagerada e fixa em seu passado, detalhe que salienta sua hiperidentidade. O sentimento de luto relatado por Freud (2006, p. 106), que é, em geral, “a reação à perda de uma pessoa amada, ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como pátria, liberdade, um ideal, etc.”, não ocorre no caso português, pelo contrário, sua reação indica que Portugal não viveu o luto em relação à perda das colônias.

Em uma crônica escrita em 27 de junho de 1975, sob o título “Moçambique, viva!”, enquanto era diretor adjunto do jornal *Diário de Notícias*, cargo que ocupou por pouco, mas produtivo tempo, até ser afastado por ocasião do golpe de 25 de novembro de 1975<sup>7</sup>, Saramago participa com sua opinião sobre a descolonização:

A descolonização é, neste momento, o nosso maior orgulho patriótico, e é graças a ela que Portugal se reconcilia consigo próprio e pode apresentar-se de rosto erguido a um mundo que, paradoxalmente, não nos mostra todo boa cara... (SARAMAGO, 1990, p. 270).

Durante todo o processo de descolonização, nas guerras coloniais, muitos portugueses morreram defendendo seu país em terras longínquas, o que, de fato, foi um engano, tendo em vista que muitas das colônias não respondiam mais a Portugal, momento em que estavam lutando pela independência e pela formação de um estado novo, livre. Moçambique foi um exemplo de resistência e de força voltadas contra o ocupante. Em um comentário sobre esse país, Saramago saúda a coragem do recém-liberto e lamenta a posição do português que, para o autor, estava no lugar errado no momento da emancipação, sem a percepção do que estava defendendo, concordando com a falta de soberania de Portugal destacada por Santos. Nesse sentido, sua crítica tem a intenção de intervir, de chamar a atenção e suscitar novas consciências direcionadas para o que de realmente é valoroso, ou seja, um Portugal melhor. Assim, para o autor, na continuação da crônica:

Quem dos vossos morreu, morreu pela pátria que nascia. Os nossos morrerem a defender o colonialismo, colonizados eles próprios, e enganados. Talvez não consigamos nunca curar-nos deste remorso. Talvez mesmo devamos recusar curar-nos para que saibamos sempre o que devemos defender e o que devemos combater (SARAMAGO, 1990, p. 271).

---

<sup>7</sup> Golpe militar que pôs fim à influência da esquerda militar radical no período revolucionário iniciado em Portugal com o 25 de Abril de 74. O 25 de Novembro traduziu militarmente aquilo que em nível político se vivera no Verão Quente de 75, dando origem a uma crescente estabilidade permitida pelo reforço do pluripartidarismo e da Assembleia Constituinte, que se tornou visível com a redação da primeira Constituição verdadeiramente democrática: a Constituição da República de 1976. Disponível em: <[http://www.citi.pt/cultura/politica/25\\_de\\_abril/25\\_novembro.html](http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/25_novembro.html)> Acesso em 15 jan 2012.

Cabe destacar que, embora país colonizador, Portugal recebe também o *status* de país semi-colonizado pela Inglaterra, pois dela era dependente em vários aspectos. Desse modo, nos debates acerca do pós-colonialismo, o foco normalmente é o país colonizado, que necessita de uma voz que seja razoável com a sua condição e também crítica, que ajude a acabar com seu selo subalterno. No entanto, para Portugal e sua condição também subalterna, agora em relação à Europa, essa voz necessária contribuiria para os processos identitários em uma época inconstante e de total transformação para a sociedade portuguesa. Essa situação é esclarecida por Santos com a equação seguinte:

A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla. É constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi esta duplicidade de alta intensidade que permitiu ao português ser, muitas vezes, tratado mais como emigrante, do que como colono, nas “suas” próprias colônias. Haverá mesmo que averiguar se a identidade como colonizado precede mesmo a identidade como colonizador na genealogia dos espelhos em que se revêem os portugueses [*Sic*] (SANTOS, 2010<sub>a</sub>, p. 245).

Ainda, a imitação colonial, ou *mimese*, não deflagrou a dominação do colonizador, pois se revelou complexa e recíproca, evidenciando sua prática por razões de sobrevivência tanto do colonizado quanto do colonizador. O estereótipo, para o colonizado de língua portuguesa, sempre foi transitório, pois, por vezes, o colonizador imitou o colonizado a fim de se aproximar dele, fator que também o define como estado semiperiférico. Para Portugal, segundo Santos (2010<sub>a</sub>, p. 247), “a pretensão de ser império como os outros escondia o medo de ser absorvido pelas colônias”. Contudo, o jogo da autoridade foi legítimo, pois, sendo Portugal um país ex-colonizado, não significa que se identifique e entenda melhor o colonizado por ele, e longe de ter uma autoridade real sobre suas colônias, Portugal forja uma autorrepresentação como autoridade, pois essa não existe fora de sua visão sobre si, nem lhe é outorgada por ninguém. De acordo com Santos (2010<sub>a</sub>, p. 247), ele é, “de facto, um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado”.

A situação semiperiférica de Portugal, então, mostra um país cujo Estado não agiu corretamente em relação à promoção cultural dentro do território nacional, sendo que, internamente, há predomínio de uma cultura heterogênea, e no caso da

cultura nacional, manifesta-se uma que não o diferencia de outras culturas nacionais, situação que mantém o país em uma zona fronteiriça, confirmando a definição de Antônio J. Saraiva (1994, p. 104, *apud* REAL, 1998, p. 185), quando ele diz que o português “está onde não se está”. Santos colabora com essa definição e a completa, com a constatação de que Portugal está na fronteira. De acordo com o autor:

Enquanto identidade nacional, Portugal nem foi nunca semelhante às edificações culturais positivas que eram as culturas europeias, nem foi nunca suficientemente diferente das identificações negativas que eram, desde o século XV, os outros, os não europeus (SANTOS, 2010<sub>b</sub>, p. 151).

Vários contrastes de situações corroboram essa sentença, pois Portugal foi, por vezes, colonizador e colonizado, europeu e selvagem, ou progressista e retrógrado, por exemplo. O localismo, no país, multiplica-se, mas gera um universalismo cujo núcleo não é universal, mas a “fronteira confere à cultura portuguesa, por outro lado, um enorme cosmopolitismo”, conforme Santos (2010<sub>b</sub>, p. 153). A tradução dessa situação cultural arquetípica da fronteira é muito bem elaborada por Pessoa. Segundo o poeta, em uma entrevista concedida em 1923 sobre o futuro de Portugal, o não ser algo definido causa uma indefinição cultural geral, ou seja, torna a coletividade abstrata:

O povo português é essencialmente cosmopolita. Nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo. Ora ser tudo em um indivíduo é ser tudo; ser tudo em uma colectividade é cada um dos indivíduos não ser nada (PESSOA, 1923, p. 18).

Para a cultura portuguesa, as relações são impostas tanto pelo centro quanto pela periferia, tendo em vista que Portugal se sentiu centro em função da existência das colônias e agora se sente periferia porque a Europa é o centro. Como afirma Santos (2010<sub>b</sub>, p. 154), “a cultura portuguesa nunca coube verdadeiramente num espaço único, sendo que as identificações culturais que dela derivam tendem a autocanibalizar-se”, hipótese igualmente abordada por Real.

## 2.2. UM ESPAÇO NA ZONA DE FRONTEIRA

A zona de fronteira, como forma cultural portuguesa, estabelece um espaço híbrido que deve ser aproveitado para promover uma cultura nacional homogênea por meio do constante fluxo multicultural disponível. Nas leituras dos acontecimentos sociais e culturais dos países que passam pela ruptura de sua estrutura política e geográfica, é necessário que os intelectuais marquem suas considerações com a tradução desses em articulações culturais que os reflitam e esclareçam, contribuindo, assim, com a destruição do silêncio, que é a condição da subalternidade.

Para Spivak (1996, p. 307, *apud* SANTOS, 2010<sub>a</sub>, p. 235), “trabalhar em prol do subalterno contemporâneo significa investir tempo e capacidades [...] para que o subalterno seja integrado na cidadania, independentemente do que esta signifique, desfazendo assim o espaço subalterno”. No caso de Portugal, portanto, é oportuno que o crítico interessado utilize esse espaço híbrido e privilegiado que se abre para colaborar e intervir na formação cultural e, conseqüentemente, na assimilação do novo momento vivenciado, alterando e moldando a identidade nacional. Dessa forma, os acontecimentos híbridos traduzidos passam a sustentar-se em uma nova modernidade.

Concordando com o pensamento de Edward Said (2005, p. 47), quando ele diz que um dos principais interesses dos intelectuais tem sido “questionar as normas vigentes; e isso porque precisamente as normas dominantes estão, hoje, de maneira muito íntima, ligadas à nação, e esta é sempre triunfalista, sempre numa posição de autoridade”, Santos sugere que o desafio para esses intelectuais está em encontrar o equilíbrio entre a homogeneidade e a fragmentação e identificar o que é diferente nas diferenças. Para tal encontro:

A literatura é, talvez, de entre as criações culturais, aquela em que melhor pode obter-se o equilíbrio dinâmico entre homogeneidade e fragmentação. Não admira que alguns destes intelectuais e, sobretudo, Fanon tenham

atribuído à literatura o estatuto de instrumento privilegiado na construção da “consciência nacional” (SANTOS, 2010<sub>a</sub>, p. 239)<sup>8</sup>.

Sendo a identidade, para Santos (2010<sub>a</sub>, p. 249), “um modo de dominação assente num modo de produção de poder que designo por diferenciação desigual”, cabe uma questão também por ele formulada, que é “saber se e sob que bases ou formas essa identidade continua a reproduzir-se, agora que Portugal passou a ser de pleno direito a periferia da Europa, ou seja, uma periferia com o direito à imaginação do centro”. Aqui cabe também, além do interesse do intelectual moderno, a participação do Estado em criar políticas culturais que visem à formação cultural nacional, sendo que o espaço híbrido que se abre para essa formação deve ser valorizado e aproveitado.

O Estado, no entanto, tende a elaborar seus processos culturais ainda de forma equivocada, produzindo, por vezes, pensamentos ilusórios acerca do verdadeiro lugar que ocupa na Europa. A participação do crítico social é importante a fim de intervir na formação cultural moderna com base nessas ideias implantadas ou estimuladas pelo governo. Para Saramago (2007, p. 187), a intervenção também é papel dos cronistas e formadores de opinião, pois “a providência dos cronistas é a associação de ideias”, nesse caso traduzindo-as de forma a libertar o país de mais um erro de autoanálise.

Para Said (2005, p. 93), a grande questão que se coloca, teor já questionado por Saramago referindo-se a Portugal, é “que verdade e princípios devem ser defendidos, apoiados, representados”. Na verdade, para Saramago (2010, p. 99), desvendar “o que pensam os portugueses e porque pensam o que acham que pensam” parece ter sido sempre seu objetivo. Assim, conforme o autor (2010, p. 98), “creio que os meus livros, na altura em que surgem, têm respondido – da forma indireta em que a literatura responde às questões, evidentemente – à pergunta ‘O que é ser português?’”. Nesse sentido, a Literatura também pode contribuir como porta-voz de classes menos favorecidas, ou até esquecidas socialmente, pois, segundo Said (2005, p. 94), “uma das principais atividades do intelectual do século XX tem sido questionar, para não dizer subverter, o poder da autoridade”.

---

<sup>8</sup> Santos faz referência a Fanon no parágrafo anterior a essa citação, ao elencar vários intelectuais que enfrentaram o desafio de construir uma cultura nacional entendida como direito do colonizado à auto-significação, o que pode ser estendido à situação de Portugal com o final do imperialismo.



Igualmente, Saramago define a questão da responsabilidade do intelectual como sua. Colocando-se sempre em uma posição de constante interrogação, ele afirma poeticamente que sua responsabilidade depende e é propagadora da que é coletiva, que, por sua vez, depende de uma transformação cultural baseada na realidade de Portugal, e essa transformação não pode ser feita por um único homem, mas sim coletivamente:

Talvez eu tenha uma ideia um pouco doentia de um sentido da responsabilidade, como se fosse minha uma responsabilidade que é coletiva. Quer dizer, uma pessoa tem uma responsabilidade consigo mesma, mas possui outra que não consegue identificar. E mais uma sensação de responsabilidade que eu diria ontológica, como se uma pessoa fosse uma onda do mar que está no mar, que se aproxima da praia e é como a nossa vida. E por detrás de nós existe uma massa de água que nos empurra e nós não somos ninguém sem essa quantidade de água. Se nos separarem dela, a onda que somos não significa nada, porque faltaria a [tensão] do mar, o movimento da maré que nos empurra. Então, esse sentimento da maré que nos empurra tem a ver um pouco com o sentido coletivo da cultura e da história (SARAMAGO, 2010, p. 34).

O autor, no entanto, insiste que é a democracia que alterará o cenário português, e uma das democracias, a política, em Portugal, está subjugada à União Europeia, o que interfere em sua progressão econômica e social, pois, para Saramago (2009<sub>a</sub>, p. 54), somente “se tiver sido constituída como raiz de uma efectiva e concreta democracia económica e de uma não menos concreta e efectiva democracia cultural” é que a democracia política poderá se efetivar. Em seu blog, no dia 8 de outubro de 2008, na crônica “Voltando à vaca fria”, o autor relembra os elementos que formaram, por um momento, a ideia de futuro do povo português que promoveriam a real democracia no país, mas que deram lugar a uma alienação no sentido cultural:

[...] não reconhecer que aquela trindade democrática – política, económica, cultural –, cada uma delas complementar e potenciadora das outras, representou, no tempo da sua prosperidade como ideia de futuro, uma das mais apaixonantes bandeiras cívicas que alguma vez, na história recente, foram capazes de despertar consciências, mobilizar vontades, comover corações (SARAMAGO, 2009<sub>a</sub>, p. 54).

É claro que, nessa crônica, o autor se mostra saudoso em relação à revolução que culminou com o 25 de abril, mas sua intenção é mostrar que Portugal não cresceu com sua aderência ao mercado comum europeu, pelo contrário, para o autor (2009<sub>a</sub>, p. 54), o país retrocedeu, pois a “ideia de democracia cultural foi substituída por uma alienante massificação industrial das culturas” advinda da globalização e, no caso de Portugal, da supremacia de ideias dos países fortes da Europa. Real (2007, p. 17) concorda com a reflexão de Saramago e Lourenço ao definir Portugal como “submerso pela avalanche de costumes liberais europeus e americanos, totalmente descristianizados e desumanizados”. Assim, de acordo com Lourenço:

Portugal está em discussão após a fase em que, de fora e de dentro, os acontecimentos alteraram a realidade geográfica e sobretudo a imagem ideal que os portugueses tinham forjado de si mesmos e da sua pátria ao longo de quinhentos anos (LOURENÇO, 2000, p. 117).

Se as análises teóricas acerca de Portugal são pessimistas ou otimistas em relação ao seu futuro, isso não as faz menos realistas. Os estudos e as reflexões dos teóricos citados, juntamente com as considerações de Saramago, cujo pessimismo é conhecido por todos, traçam um panorama que quer interpretar os acontecimentos atuais na tentativa de vislumbrar o que poderá ser o futuro do país. Discutir Portugal, para o cronista aqui estudado, requer lucidez e mobilização de sua percepção crítica em uma constante tentativa de elaborar propostas que promovam a alteração do cenário preocupante de seu país, contribuindo para que a realidade dele e do mundo que o rodeia não seja tão cruel a ponto de evidenciar que o pessimismo do autor esteja embasado fielmente em uma realidade imutável que conduzirá tanto Portugal quanto outros países para um abismo social irremediável. Para Saramago (2010, p. 141), “meu olhar é pessimista, mas esse olhar é o olhar que quer mudar o mundo”.

Reestruturar a imagem cultural alicerçada por tantos anos em uma razão de existir em função de um passado histórico ilusoriamente definido como exemplar é uma tarefa que, apesar de ser um papel do Estado, está ligada às classes formadoras de opinião. Com isso, ocorreria o que estabelece Lourenço (2000, p. 126) quando diz que “as contra-imagens de Portugal são formadas à margem de

todas as manifestações políticas, são as imagens culturais formadas pelos cultos do país”. Esse momento de Portugal abre um espaço único para tais manifestações, e o tema do próximo capítulo, a crônica, como gênero híbrido, foi, por um longo período, a forma usada por Saramago para dizer ou subentender o que era necessário para induzir a nação a repensar Portugal. Ao longo dos anos, outras alterações tecnológicas vieram a colaborar com sua escrita, como a internet e sua característica ímpar de alcançar milhares de leitores em um único dia, promovendo mais um espaço para a formação cultural tão necessária para a nação portuguesa.

### 3 SARAMAGO EM CRÔNICA

#### 3.1 A CRÔNICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A crônica, como gênero literário, possui características discursivas mistas, pertencendo, por vezes, ao jornalismo, pela sua cotidianidade, mas também pertencendo à literatura, pela ficcionalidade que a acompanha. Para alguns autores, ela é um gênero híbrido, pois nasce da união destes dois estilos, o jornalístico e a narrativa literária. Na França, no século XIX, um espaço no rodapé, ou *rés-do-chão*, traduzido diretamente do termo francês *rez-de-chaussée*, de jornais e de revistas, era usado para informações sobre entretenimento. Aos poucos, esse rodapé foi transformando-se, dando espaço aos romances seriados, chamados romance folhetim. Esse mesmo espaço foi redirecionado para textos variados, como contos, notícias leves, anedotas, críticas e resenhas, entre outros. Com a nova paixão europeia, os já mencionados folhetins, que abordavam os temas gerais do cotidiano, como a cultura, a literatura e a política, dentre outros assuntos, o rodapé, como espaço para folhetim literário e variedades, foi amplamente utilizado nos jornais de circulação local e nacional.

A crônica não tem somente a função de transmitir informação ou comentário acerca de um assunto. Sua nova roupagem vem com o atributo de também divertir, por intermédio de uma linguagem mais leve e breve, com menos compromisso e afastada do viés crítico-político que a integrava, deixando-se influenciar pela poesia. Para Candido (1992, p. 15), “a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma”. Como elemento principal da crônica atual está a informalidade, que traz naturalidade para o texto, “humanizando-o”, como quer Candido (1992, p. 16).

Esse caráter aparentemente simples, casual e bem humorado faz da crônica uma agradável leitura. É claro que a simplicidade, a brevidade e o humor não impedem que o que está sendo dito seja sério. Não há necessidade de ser grave para ser sério, bem como a leveza pode ser séria e não superficial. Para Candido (1992, p. 19), “aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado

para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”.

Dessa forma, de folhetins e variedades nasceu a crônica, que deles retirou seu viés jornalístico e o uniu à competência narrativa dos escritores, moldando esse gênero que abraça várias formas de narrar o cotidiano e as curiosidades acerca de qualquer assunto que chame a atenção do cronista. Também, é recheada de ficção quando seu teor é literário, contudo, por ser livre, apresenta a ficção para explicar a realidade. Pautada sempre no momento diário, ela vive do instante e, por vezes, faz desse instante um momento eterno.

### 3.2 JOSÉ SARAMAGO, UM CONTADOR DE HISTÓRIAS

Creio que todas as palavras que vamos pronunciando, todos os movimentos e gestos, concluídos ou somente esboçados, que vamos fazendo, cada um deles e todos juntos, podem ser entendidos como peças soltas de uma autobiografia não intencional que, embora involuntária, ou por isso mesmo, não seria menos sincera e veraz que o mais minucioso dos relatos de uma vida passada à escrita e ao papel.

(O caderno - José Saramago)

Contar histórias é uma das funções de um escritor. Assim definia Saramago sua maior designação, sua intenção, quando escrevia, pois se dizia um narrador. A história do autor é vincada por situações que o levaram a buscar e encontrar na literatura uma forma de, explícita ou implicitamente, fazer conhecer sua visão de mundo, de questionar, criticar ou incutir ideias e conscientizar seus leitores sobre as situações vividas pela sociedade em Portugal, dentre outros temas abordados por ele. Muitas de suas obras contam sua própria história, com lembranças da infância em Azinhaga e da vivência em Lisboa, com seus pais.

A vida e a obra de Saramago são conhecidas por muitos que apreciam a trajetória de um autor ciente de sua função como escritor, das marcas que sua opinião pode deixar e do alcance de suas palavras. Em uma das introduções às várias frases e reflexões do autor em entrevistas para a imprensa escrita, compiladas em um livro por Fernando Gomes Aguilera (2010, p. 29), o organizador trata do intelectual interessado pelo signo de seu tempo: “de consciência insatisfeita, direto na expressão de seus juízos, fustigador do poder, do autoritarismo econômico-financeiro e da Igreja, defendeu a bondade como o argumento maior para uma revolução”.

Seus textos, sejam eles um poema, uma crônica, seja um romance, levam o escritor dentro deles, como queria seu autor. De personalidade forte e talento literário ressaltado e louvado com um Prêmio Nobel de Literatura, publicou seu primeiro romance, *Terra do pecado*, em 1947, aos 25 anos, porém a obra estava “deslocada das tendências narrativas dominantes da época”, tendências essas marcadas pelo neorrealismo, segundo Lopes (2010, p. 38,39). Para o jovem

Saramago, no entanto, a publicação do romance foi o estopim para uma sequência ininterrupta de seis anos de escrita produtiva, quando escreveu romances, contos, poesia e peças de teatro. No ano de 1953, finalizou *Claraboia*, romance não publicado na época e perdido por 40 anos na editora. Como resposta a essa situação lastimável, Saramago decidiu que o romance não seria publicado em vida, deixando para os que lhe sucedessem a decisão de publicá-lo, o que ocorreu em outubro de 2011.

Entre 1947, data de *Terra do pecado*, e a publicação de *Poemas possíveis*, de 1966, houve um hiato de quase 20 anos<sup>9</sup> em que nenhum livro seu foi publicado, porém, nesse ínterim, Saramago viu aflorar sua consciência em relação às questões políticas de oposição ao regime imposto por Salazar e encontrou na leitura da revista *Seara Nova* disposição para lutar contra o governo ditador. Ainda, durante esse tempo, Saramago não esteve longe do mundo das letras, pois trabalhou como tradutor e colaborador editorial em uma editora em Lisboa, sendo promovido a diretor literário, função que ocupou de 1959 até 1971. Foi nesse ambiente e em função de sua posição dentro da editora que Saramago se iniciou como cronista. Assim, pelos contatos advindos dessa nova função, de acordo com Lopes (2010, p. 45), “o autor passa a ser conhecido pelas mais importantes figuras literárias de então”, um dos fatos determinantes para sua carreira de escritor.

Durante os anos de 1968-69 e 1971-72, Saramago produziu insistentemente. Suas crônicas foram reunidas respectivamente nos livros *Deste mundo e do outro* e *A bagagem do viajante* que, juntos, somam 120 crônicas literárias e abordam temas variados. Entre os anos de 1972 e 1975, retirado desses o de 1974, ano singular na História de Portugal, com muita repressão aos jornalistas, Saramago se pronunciou por meio de 184 crônicas jornalísticas de caráter político compiladas em dois livros, *Os apontamentos* e *As opiniões de o DL teve*. Após, em 1999, o autor reuniu as 80 crônicas escritas para diversos jornais e revistas entre os anos de 1976 e 1998 no livro *Folhas políticas*, que formam, junto aos textos recolhidos do blog nos livros *O caderno*, com textos escritos entre setembro de 2008 e março de 2009, e *O caderno*

---

<sup>9</sup> Na biografia de Saramago publicada em 2009, em Portugal, João Marques Lopes destaca que nesse intervalo o autor escreveu muitos contos, poemas, romances e até peças de teatro, alguns acabados e outros incompletos. Ainda, Lopes cita como sendo de José Miguel Noras a informação de que Saramago escreveu diversos prefácios não assinados enquanto trabalhava na Editorial Estúdio Cor, dentre outras obras esquecidas pelo próprio autor. A Fundação Saramago trabalha hoje na catalogação de materiais deixados pelo autor a fim de compor sua bibliografia (LOPES, 2010, p. 47-49).

2, cujos textos datam de setembro de 2008 a novembro de 2009, o objeto de estudo dos quais se retiram as crônicas para análise nesta dissertação. Para uma localização temporal da escrita das crônicas em relação à escrita dos romances, uma tabela é apresentada no Anexo E deste estudo.

A narrativa do autor em muitas dessas crônicas é, na verdade, um ensaio dos romances que escreveria depois. A incidência dos temas de muitas delas em seus romances é prova da influência da prosa como cronista em seu estilo narrativo. É certo que não se pode afirmar, por exemplo, que a escrita de *Memorial do convento*, que data de 1982, deva-se às crônicas, no entanto, os focos narrativos desse romance estão nelas. Saramago (2010, p. 224), ao se referir à relação das crônicas com seus romances, dizia que “está tudo lá”, e está, pois seu texto, como queria, “leva uma pessoa dentro, que é o autor. O autor é um pequeno mundo entre outros pequenos mundos. A sua experiência existencial, os seus pensamentos, os seus sentimentos estão ali”. Desse modo, são as reflexões do autor das crônicas que se amplificam nos romances.

Maria Alzira Seixo, além de caracterizar, de certa forma, o estilo narrativo de Saramago, trata dessa relação, em uma continuação da fala do autor sobre os romances estarem nas crônicas:

Parece já lá estar. Não só no que diz respeito à temática: a relação identidade/alteridade; a articulação entre o homem e a terra; o projecto humano e a sua transposição; a concepção do “homo viator” e sua incidência temporal; não só também no que diz respeito à constelação de motivos preferenciais que preenchem essa temática: a água, a embarcação, a estrela, o silêncio, a pedra, o rumor – mas também nas atitudes dominantes: o cepticismo radical no limite do desengano em fulgurações entretecido por um ilimitado entusiasmo na capacidade de construção humana, no projecto que é o sonho; mas também ainda na frase tensa que não se fecha completamente à irrupção lírica, na mordacidade que não exclui a ternura, na ironia que quase sempre traz a cumplicidade do afago (SEIXO, 1999, p. 18).

Um dos temas abordados pelo autor é o tipo de povo que é o português. Em *Memorial do convento*, o retrato desse povo simples, pacato, esperançoso e, principalmente, fervoroso é esboçado pelo autor, pois, segundo Saramago (2010, p. 278), a obra “reflete o povo que somos [os portugueses] e as preocupações que ainda temos”. A crítica ao clero e aos jogos de poder pelos quais dominava e



conduzia todos os cristãos também está presente, tendo em vista que, em função da vaidade de um único homem, o Rei D. Joao V, muitos homens trabalharam e morreram durante os mais de vinte anos que durou a construção em Mafra, pois os homens das aldeias eram induzidos pelo clero local a servir el-rei. A passagem do livro a seguir demonstra bem essa relação de poder da Igreja com a obediência, a aceitação e a esperança do povo, exemplificado aqui na figura de uns dos trabalhadores na obra de construção do convento:

O meu nome é Julião Mau-tempo, sou natural do Alentejo e vim trabalhar para Mafra por causa das grandes fomes de que padece a minha província [...]. O vigário da minha freguesia apregoava nas igrejas que quem viesse passava a ser criado de el-rei, não bem bem criado, mas como se o fosse, e que os criados de el-rei, isto dizia ele, não sofrem privações de boca e andam com as carnes tapadas. Afinal, saiu-me tudo mentira, se não consigo morrer de fome é porque gasto tudo quanto ganho, roto ando como andava (SARAMAGO, 2002, p. 227).

Esse mesmo povo submisso é o tema de uma das crônicas de *Deste mundo e de outro*, escrita entre 1968 e 1969, cerca de 12 anos antes de *Memorial do convento*. Chamada “Nós, portugueses”, relata como pensa e age o português, com sua habilidade de transferir para o outro uma responsabilidade que é sua, a de definir e resolver o seu futuro no presente, sempre esperando que tudo seja solucionado por mãos, razão e voz de outros, denotando a passiva e compreensiva personalidade do português. Na linguagem solta e eficaz da crônica, Saramago conta nostalgicamente um pouco do que é ser português:

Delegamos muito. Delegamos tudo. Com três batatas no prato, futebol aos domingos, e feriados que calhem em dia de semana (com ponte, se possível), temos o português feliz. Somos sóbrios, de gostos simples, brandos nos costumes e amigos do nosso amigo – que nunca sabemos quem seja. Temos vocação de boa vida, de uma regalada vida que com pouco se contenta. Somos bons e confiantes. Que Deus nos abençoe – que de nós não virá nada de mal ao mundo. Nem bem. Nós, portugueses, somos assim. E eu, que português sou, não sei se devo rir, se chorar (SARAMAGO, 1997, 181).

Essa visão sobre si – como português, que o autor mostra tão claramente em suas crônicas e romances é, de certa forma, uma tentativa de entendimento do

porquê de Portugal ser visto pelos outros como uma nação insignificante, tendo em vista as características de seu povo e as ações do governo, o que nos remete a outro tema abordado pelo autor e já observado no capítulo 2 deste estudo, que é a posição que Portugal ocupa na Europa. Em *A jangada de pedra*, obra de 1986 que retrata o imaginário português às vésperas da entrada de Portugal na União Europeia, Saramago evidencia sua posição a respeito da política globalizadora representada pelo bloco econômico a partir da metafórica separação da Península Ibérica do continente europeu. Ele questiona a imagem que o português faz de si e, ao mesmo tempo, a imagem que percebe ter na Europa. A seguinte passagem do romance mostra que, enquanto a península se separa do continente, a Europa se preocupa com seus novos interesses em relação a ela, sempre deixando claro que, para a União, era indiferente tê-la como membro:

Durante a reunião, como fora combinado previamente, a Comunidade Económica Européia tornou pública uma declaração solene, nos termos da qual ficava entendido que o deslocamento dos países ibéricos para ocidente não poria em causa os acordos em vigor, tanto mais que se tratava de um afastamento mínimo, uns poucos metros [...]. Esta declaração, objectivamente clara, foi o que resultou de um aceso debate no seio da comissão, em que alguns países membros chegaram a manifestar um certo desprendimento, palavra sobre todas exacta, indo ao ponto de insinuar que se a Península Ibérica se queria ir embora, então que fosse, o erro foi tê-la deixado entrar (SARAMAGO, 2005, p.42).

Saramago ironiza os supostos sentimento e preocupação da Europa em relação ao desprendimento da península, mostrando que, ao olhar europeu, a Espanha e, principalmente, Portugal são países menores do que os demais, no sentido de influência e importância, tanto na Europa quanto no restante do mundo. Esse mesmo ponto de vista do autor aparece na crônica datada de 15 de março de 1985, quando, provavelmente, estava trabalhando na ideia que apresenta em *A jangada de pedra*. As palavras do autor refletem as preocupações dos portugueses da época:

Confessarei agora outra verdade: já não me via nos últimos tempos como me vira antes, declaro meu feio pecado de orgulho, e, tal como estão os meus compatriotas, assim me achei: desinformado, ignorante, sem saber como iria o Mercado Comum cuidar de mim, como iria eu tratá-lo, com que vénias e respeito. Há agora, no entanto, uma importante diferença, cujo

benefício devo ao acaso. Graças a ele, encontrei-me de repente na minoria privilegiada que conhece as razões profundas e autênticas por que a CEE nos quer no seu regaço. Revelo-as aqui em três definitivas palavras: porque somos atrasados. Fôssemos nós um país rico, próspero, com boa indústria, boa agricultura, boa pesca, pleno emprego, saúde para dar e trocar, qualidade de vida de primeira, ensino que só visto, teatro do melhor, cinema do perfeito, música como dos anjos, literatura sem nódoa nem jaça, fôssemos nós tudo isso, tivéssemos nós tudo isso, o Mercado Comum rejeitar-nos-ia. Compreende-se porquê: iríamos complicar o funcionamento das instituições, os europeus só queriam os nossos produtos, as pátrias economias deles ficariam arruinadas e quanto à cultura, temos conversado: os nossos emigrantes, onde quer que estivessem, passariam a dar lições e a fazerem-se pagar bem por elas (SARAMAGO, 1999, p. 138-139).

O autor conclui sua crônica relatando que Portugal seria o melhor parceiro da União Europeia, pois dela depende em muitos sentidos. Seria, por exemplo, um bom comprador, deixando os vendedores ditos parceiros em real vantagem e prosperidade. Assim, temos o tema da crônica e o do romance fundados sob a mesma ótica, porém ensaiado na primeira e desenvolvido no segundo.

### 3.3 SOB O OLHAR DO CRONISTA

Nós, os que temos a responsabilidade de escrever, e tanto falo em literatura como em jornalismo, temos o dever de levantar a nossa língua, de cuidar dela, de fazê-la reviver.

(Palavras de Saramago)

A partir de 1968, o olhar do cronista Saramago encontra muitos focos para sua narrativa. Em seus textos, as coisas ganham outra perspectiva, diluídas nas frases que ora sentenciam, ora levam à reflexão, mas sempre trazem à tona uma tentativa de entendimento do porquê dos acontecimentos. Benjamin trata a narrativa como:

Não interessada em transmitir o 'puro em-si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida tirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 2010, p. 205).

Desse modo, a metáfora segue o autor em muitos de seus textos, em outros, a objetividade é marca condicional para fazer chegar suas palavras aos seus destinatários, principalmente nos textos de viés político-social. Assim, intervir, questionar, participar, denunciar e opinar são verbos conjugados por Saramago insistentemente. Para este estudo, propõe-se a análise de três temas que permeiam suas crônicas: o memorialístico, o ficcional, o político e suas interligações.

### 3.3.1 Crônica memorialística: possíveis resgates

Somos a memória que temos, sem memórias não saberíamos que somos.

(O caderno 2 - José Saramago)

As lembranças estão presentes na obra de Saramago. Em *As pequenas memórias*, livro de 2006, ele resolveu narrar seu passado, trazido pelas lembranças de sua infância, mas há também aquelas que lhe vêm instantaneamente em função de um pensamento, ou as que busca para melhor contar os fatos. Esse acúmulo de passado no presente pode chamar-se de memória, com tudo que envolve a vida social de uma pessoa. Dessa forma, a memória está ligada diretamente com a sociedade e o tempo, vividos de forma a serem recuperados por ela, com a experiência que ele faz acumular e as ocasiões históricas vividas pelo indivíduo. De acordo com Bosi (1994, p. 54), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

Ao lembrar-se de um fato do passado, então, uma pessoa o faz sob a percepção renovada pelas ideias, valores e senso de realidade atuais. Essas lembranças, de fato, segundo Bosi (1994, p. 55) “são uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. Em seu estudo sobre memória e sociedade, a mesma autora (1994, p. 55) concorda com as definições de Maurice Halbwachs quando ele amarra “a memória da pessoa à memória do grupo; e esta à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”.

Como narrador que é de seus textos, Saramago utiliza, no sentido de tornar útil, sua experiência como ouvinte e contador de histórias, expondo seus questionamentos e definições por meio de suas crônicas, que versam sobre assuntos que abrangem toda a sociedade portuguesa, tornando os ouvintes partícipes de sua experiência. Walter Benjamin (2010, p. 201) colabora para se entender esse envolvimento e troca de experiência ao dizer que “o narrador conta o que ele extraiu da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”.

Olhar o passado, para Saramago, nem sempre é bom, pois lembrar não é uma ação unicamente voluntária, e quando isso ocorre pode ser o mote para uma crônica que tanto pode trazer lembranças boas quanto ruins, mas nem por isso as ruins vão tornar o texto amargo. Assim:

O passado é aquele armário dos esqueletos de que falam os ingleses, gente discreta, de pouco sol e ainda menos alvoroço. Mas às vezes a memória, por caminhos que nem sabemos explicar, traz para o dia que se está vivendo imagens, cores, palavras e figuras (SARAMAGO, 1997, p. 35).

Em seus textos de cunho memorialista, o lirismo, que adensa a escrita, está mais presente do que nos de cunho político. Nessas lembranças do passado, a família e a infância na aldeia de Azinhaga são os destinos dos caminhos percorridos por sua memória, como as crônicas “Carta para Josefa, minha avó” e “O meu avô, também”, que serão analisadas no capítulo quarto deste estudo, ambas parte do livro *Deste mundo e do outro*. Em outra crônica, também desse livro, o autor relembra uma personagem que marcou sua infância e a época narrada, aquela em que os prestadores de serviços iam de bairro em bairro atendendo as donas de casa, fato comum nas cidades do interior e também nas capitais algum tempo atrás. A narrativa do autor transborda sensações buscadas em algum espaço da memória, aquelas que não se sabe como são possíveis ainda existirem. Narra o autor:

Como vou agora, por exemplo, saber por que bulas me aparece um homenzinho de boina basca desabada, a empurrar a sua maquina de uma roda só, enquanto tira de uma flauta de Pã ou siringe a melodia que é seu cartão-de-visita? E daí, não sei. [...] Vinha de longe, o amolador, e passava. Raízes, nenhuma, ou lá muito longe, nos airinhos da sua terra. Mas, para os

anos que eu tinha, esses donde me vem o homem inteiro, a roda e a flauta, havia alguma coisa de sinistro na soma que de tudo isto se tirava. [...] A rua estava tranqüila, recatada, com roupas às janelas, talvez cravos, se era o tempo deles, ou sardinheiras, que têm o tempo quase todo. De repente, a melodia entrava pela rua dentro e punha as donas de casa em frenesi. [...] A mim, que espreitava por trás dos vidros, fazia-me arrepios a expressão concentrada do amolador, atento ao fio, como se para ele não houvesse (e não havia) missão mais importante (SARAMAGO, 1997, p. 35-36).

As crônicas que preenchem as páginas de *Deste mundo e do outro* sugerem que a escolha do autor em organizá-las em um livro distinto – já que na mesma época escreveu outros textos para o mesmo jornal<sup>10</sup>, parece estar relacionada ao seu tom mais introspectivo, reflexivo e dinâmico no que tange aos sentimentos, pois mostram o menino, o homem, o filho e o poeta por trás do escritor. O lirismo, como já salientado, está mais presente nesses textos e emociona no sentido de levar o leitor à reflexão acerca de sua própria vida e momento, tornando a experiência do autor, como salienta Benjamin, parte da própria experiência do leitor. Nesse trecho da crônica escolhida para exemplificar essa possibilidade de análise, o autor apresenta uma metáfora do rio que passa como a passagem do tempo e as consequências dessa, como já sugere seu título: “Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio” (Anexo D). Assim, narra o cronista:

Desço até a água, mergulho nela as mãos, e não as reconheço. Vêm-me da memória outras mãos mergulhadas noutro rio. As minhas mãos de há trinta anos, o rio antigo de águas que já se perderam no mar. Vejo passar o tempo. Tem a cor da água e vai carregado de detritos, de pétalas arrancadas de flores, de um toque vagaroso de sinos. Então uma ave cor de fogo passa com um relâmpago. O sino cala-se. E eu sacudo as mãos molhadas de tempo, levando-as até os olhos – as minhas mãos de hoje, com que prendo a vida e a verdade desta hora (SARAMAGO, 1997, p. 41).

Muitas vezes, em algumas crônicas, o autor busca no passado acontecimentos históricos que marcaram a identidade do povo português de forma negativa para lembrar o leitor e fazê-lo reagir, por meio de sua participação nas ocorrências políticas, por exemplo, na tentativa de evitar que Portugal cometa os mesmos erros. Assim, os temas abordados se interligam, sempre se observando que

<sup>10</sup> As crônicas que compõem *A bagagem do viajante* foram publicadas no jornal *A capital* (1969) e no semanário *Jornal do fundão*, entre 1971 e 1972. As que pertencem ao *Deste mundo e do outro* foram publicadas entre 1968 e 1969 no jornal *A capital*.

as temáticas focadas pelo autor são variadas e, por vezes, usadas com intencionalidade de resistência ao governo. Nessas, a intervenção cívica é anunciada, como é concluído a seguir.

### 3.3.2 Crônica política: a intervenção cívica

Como escritor, penso que sou, não consequência, mas na verdade há uma relação entre o que fiz e aquilo que aconteceu, a passagem da ditadura à liberdade e à democracia.

(Palavras de Saramago)

Em toda a sua trajetória como cronista e, por conseguinte, como intelectual que participava da história, o viés político é o que mais dá ênfase ao homem de opinião e sensibilidade que era Saramago. O fato de ser respeitado nos meios intelectuais fez com que suas crônicas regulares publicadas em jornais opositores ao regime salazarista alcançassem seu fim na luta contra a repressão. Contudo, foi como editor do jornal *Diário de Lisboa* que o autor publicou variadas crônicas, porém nem todas assinadas por ele. Segundo Lopes (2010, p. 65), nos dois anos em que esteve na editoração do jornal, “José Saramago mostrava uma intervenção cívica audaz em prol da transformação política, social e econômica de um país ainda cerceado pelo fascismo”. Ainda, sobre as coletâneas de crônicas componentes de *Os apontamentos* e *As opiniões que o DL teve*<sup>11</sup>, Seixo (1999, p. 18) comenta que “constituem documentos de grande importância para a história da cultura contemporânea, e ponto de vista de um grande escritor sobre o tempo que ele ajudou a formular”.

As crônicas jornalísticas de cunho político, portanto, são as de número maior e foram reunidas em três livros, entretanto, foram pensadas fundamentalmente para a conjuntura do jornal e, porventura, da revista. São todas datadas e abordam as questões políticas e sociais de Portugal, assim como as de outros países. A União Europeia também foi alvo de suas críticas, uma vez que a posição submissa de Portugal diante dela é um fato que irritava o cronista. Assim, uma de suas

---

<sup>11</sup> Crônicas primeiramente publicadas após o 25 de abril de 1974. Em 1990, Saramago as reúne a outras no livro *Os apontamentos*.

preocupações nessas crônicas é a de instruir e, principalmente, intervir. Nesses textos, dependendo da época em que foram escritos, em função da ditadura em Portugal, o autor é explicitamente direto, muitas vezes agressivo, em outras mais sutil e alegórico, mas em todas a intenção de transgredir a ordem e o sistema político é marcante. Um exemplo de uma crônica que demonstra a participação do autor no processo desencadeado com o 25 de abril de 1974 é a que fala do povo português, cuja identidade estava em jogo, mesmo dois anos após, quando Saramago a escreveu, datada de 24 de novembro de 1977, sob o título “O que somos”:

Temos que viver com o que somos. E o que somos nós? Uma nação dividida, mas não entre norte e sul, como se anda outra vez a querer acreditar, para restabelecimento da fábula dos bons de Rio Maior para cima e dos maus de Rio Maior para baixo. Somos um povo dividido entre exploradores e explorados (perdoai, ó analistas, a banalidade!), entre parasitas e trabalhadores, entre aristocratas de ida-e-volta e o geral povinho, inho, inho, que tem servido de besta de carga, e agradecida, a quantos o cavalgarem por tempos e caminhos velhos. [...] Nestas divisões não nos distinguimos certamente do resto do mundo capitalista, mas talvez aqui elas se notem mais, porque a pele da nação foi esfolada até ao vivo da carne, e tudo está à vista. As coisas que andam a passar-se nas alturas políticas (crises, golpes, cisões, intrigas, facadas) não devem distrair-nos do essencial. E o essencial é que o processo transformador começado em 25 de abril de 1974 ainda não terminou (SARAMAGO, 1999, p. 60).

Antes disso, na fase em que havia repressão à imprensa, em uma crônica publicada em 01 de junho de 1972, em nome do jornal *Diário de Lisboa*, o autor parte ironicamente para uma tentativa de entender e explicar ao povo português o porquê dos textos acerca de Portugal serem liberados para publicação no exterior sem a incidência sobre eles de auditores, sendo que, para os jornais internos do país, a fiscalização continuaria a mesma. É claro que, por trás dessa explicação gratuita à população, reinava a crítica. Assim, Saramago, acostumado a driblar os ditames do regime quanto às publicações do jornal, usa desse subterfúgio para atingir seu propósito de fazer com que o governo ouvisse o que realmente era a sua opinião, ou melhor, a opinião do jornal, já que essas crônicas não eram por ele assinadas:



Com o intuito de demonstrar que se tenciona afastar do regime prévio a rigidez, “para permitir à imprensa adaptar-se às necessidades do público a que se destina e para consentir a concorrência desejada, se consente que as publicações impressas em Portugal, mas destinadas predominantemente ao estrangeiro sejam dispensadas de todas ou algumas das obrigações estabelecidas para publicações nacionais”. Esta exceção deve ter confundido o público, que não terá entendido rigorosamente a que espécie de publicações se referia o secretário de Estado. Cremos que não é impossível esclarecer este ponto. [...] Estamos colocados perante uma diferença de tratamento da imprensa portuguesa, consoante se publique para consumo interno ou para uso fora das fronteiras, situação cujo ilogismo é de todo evidente. Seja qual for o conteúdo das publicações assim privilegiadas, não pode a Imprensa metropolitana deixar passar sem protesto uma exceção que uma vez mais a menoriza (SARAMAGO, 1990, p. 42 - 43).

No prefácio da 1ª edição das crônicas reunidas em *As opiniões que o DL teve*, Saramago (1990, p. 19) fala que “anonimamente os (os textos) publiquei, pois representavam o que então se entendeu ser a opinião daquele jornal”, o que muito lhe dava orgulho e satisfação. Segundo o autor, nomear essas crônicas posteriormente como suas não o agradava:

Aceite-se que a ideia me não agrade, aceite-se que, pelo contrário, obedeço a um pequeno movimento de orgulho (satisfação, se orgulho parece demasiado) pelo mérito de um trabalho de intervenção política (cívica, se mais uma vez caio em exagero) que ocupou lugar digno no processo de esclarecimento em que andamos empenhados (SARAMAGO, 1990, p. 19).

Por se adaptar à sensibilidade do cotidiano, a crônica adapta-se ainda ao olhar sutil do cronista, que observa fatos que podem parecer banais e que passam despercebidos para a grande maioria das pessoas, transformando-os em significativos enredos, alicerçados nos motivos que os fatos escondem. Para Saramago, a função do cronista é exatamente essa, a de cotejar ideias a fim de compor ou traduzir o que os acontecimentos demandam. Um exemplo resultante dessa equação é a crônica que o autor fez para o seu blog, de 16 de abril de 2009, intitulada “Mania de grandeza”. Nela, o autor contabiliza os gastos que o governo português faz com o que não é estritamente necessário para a população, enfatizando o número de estradas rápidas que há em Portugal, fato que, para muitos, pode ser visto como um motivo de modernidade e crescimento do Estado, mas que, para o autor, remete à personalidade do português:

A coisa é séria, demasiado séria. Soube há poucos dias que Portugal tem auto-estradas em excesso, nada menos que nove, num total de quase setecentos quilômetros [...]. É inevitável concluir que alguém se enganou nas contas ou com elas nos enganou [...]. A tinela vem de longe. Quando informaram o rei D. João V do preço do carrilhão que iria ser instalado em Mafra, ele não se conteve e, com a sua ridícula prosápia de *nouveau-riche*, disse: “Acho barato. Compreem dois.” [...] Onde as contas batem certo é no número de pobres em Portugal. São dois milhões, segundo as últimas informações. Quer dizer, uma expressão mais da nossa histórica mania de grandezas... (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 47, 48).

É claro que a ironia encontrou lugar no fechamento dessa crônica, e o autor, por sua vez, encontrou em uma simples notícia de âmbito político-financeiro, que pode enganar o cidadão mais desavisado, a base para sua narrativa, pautada no momento pelo qual passava a sociedade portuguesa da época. Aqui se percebe o escritor alerta quanto às questões sociais, envolvido com seu país, mesmo não residindo mais nele. A forma de pensar e de agir do autor em estudo dialoga com as palavras de Candido a seguir, pois o distanciamento do que é local, social, ou até universal não condiz com a conduta de um cronista. O jornalista usa a aproximação do cotidiano como arma para sua escrita, mas o cronista, que também é um romancista, usa seu viés jornalístico para manter-se junto ao que é aparentemente comum, trivial, aquilo que não tem a intenção de ser a pauta de uma nova crônica. Assim, para Candido (1992, p. 14), a perspectiva do cronista “não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão”.

Como cronista fiel às suas convicções de sempre intervir e tentar transformar a sociedade portuguesa, Saramago não espera a próxima notícia, ao contrário, desempenha seu papel de crítico sagaz a partir de questões relevantes do dia a dia, pois o tempo não deve ser perdido. Para Maria Alzira Seixo (1999, p. 17), a crônica, “partindo da notícia que faz o tempo, dá mais lugar ao sujeito da escrita que qualquer outro escrito jornalístico, quer no plano da opinião, quer no da sensibilidade”, palavras que dialogam com as do autor (2007, p.188) quando diz que “os homens são a verdadeira matéria do tempo”, portanto, fazem o tempo e, nesse caso, os assuntos do tempo em que vivem.

### 3.3.3 Crônica ficcional, ou também intervenção?

As crônicas ficcionais são as que aparecem em menor número no conjunto de crônicas do autor, com a maioria delas pertencentes aos livros *Deste mundo e do outro* e *A bagagem do viajante*, como a intitulada *História do rei que fazia desertos* (Anexo B), rei cujo coração nascera com um defeito. No entanto, esse defeito não era físico, apesar de congênito, pois a maldade morava em seu coração, tornando-o, assim, defeituoso. O início da crônica nos apresenta a personagem principal:

Era uma vez um rei que nascera com um defeito no coração e que vivia num grande palácio (como sempre costumam ser os palácios dos reis), cercado de desertos por todos os lados, menos por um. Seguindo o gosto da mazela com que viera ao mundo, mandara arrasar os campos em redor do palácio, de tal maneira que, assomando pela manhã à janela do seu quarto, podia ver desolação e ruínas até ao fim e ao fundo do horizonte (SARAMAGO, 2007, p. 89).

Semelhante a um conto, a narrativa de Saramago retrata metaforicamente a escolha que temos em relação ao mundo, pois podemos escolher fazer dele um deserto, como fez o rei, ou transformá-lo em um belo jardim. Conforme for a escolha, a responsabilidade que vem com ela não deve ser esquecida. Nessa crônica, o autor trata dessa questão alegoricamente como forma de chamar a atenção do público leitor. Ainda, o uso da metáfora também tem a ver com o fato de Saramago tê-la escrito em uma época em que os textos para os jornais eram escrutinados por auditores do governo. As palavras de Paul Ricoeur (1975, p. 328) ajudam a descobrir a intenção de Saramago em usar a linguagem metafórica, quando ele diz que “interpretar uma obra é desvendar o mundo a que ela se refere, em virtude da sua ‘disposição’, do seu ‘gênero’, do seu ‘estilo’”.

O refrão “E quem isto ler e não for contar, em cinza morta se há-de tornar” aparece entre todos os parágrafos, enfatizando a possível maldição, pois é a escolha de todos que faz o futuro, mas, em sentido político, muitas vezes, é a escolha de uma só pessoa que produz os efeitos que todos receberão no futuro.

Desse modo, por ser parte do livro *A bagagem do viajante*<sup>12</sup>, cujas crônicas reunidas datam dos anos entre 1969 e 1972, e sendo o mundo retratado um reino, a leitura dessa crônica ficcional vai ganhando um fundo de crítica política, pois remete aos mandos e desmandos do então governo ditador de Portugal sob a égide de Marcelo Caetano como ministro. Em uma inter-relação dos temas de suas crônicas, o rei que construiu desertos em torno de si é, portanto, o governo militar português, porém nota-se que há súditos desse rei, que poderiam questioná-lo ou dissuadi-lo a mudar a rotina de conservar os desertos, contudo sua escolha foi a obediência à tirania do monarca, mesmo sendo a consequência dessa escolha viverem também eles em um deserto. A esperança do povo era representada por um barco com homens e sementes para desfazer o deserto que poderia vir do mar de sangue em torno do reino. Como no final da crônica, a sociedade portuguesa, oprimida e presa naquele regime, também esperava por um sinal de mudança, de alteração da política nacional, o que ocorreu em 1974, dois anos depois da última crônica reunida no livro.

Ainda, a temática que envolve a personalidade do povo português é novamente destacada por Saramago, pois os súditos do reino não se rebelavam contra a sandice de seu rei e esperavam um milagre que viesse de fora das muralhas, em um barco através do rio de sangue, o que nos remete as duas inconscientes esperanças portuguesas: o retorno de D. Sebastião como o salvador da nação ou a ajuda externa para sanar os problemas internos do país, questões abordadas pelo autor em *A jangada de pedra*, obra mencionada neste capítulo.

Em um outro texto com tema diferente desse e em um tom mais subjetivo, embora ainda em relação a Portugal, Saramago cria uma crônica com viés fictício, embora metáfora de uma situação envolvendo o autor e sua ligação com o país. Novamente semelhante a um conto, porém em primeira pessoa, a crônica conta a história de um homem que foi deixado em uma ilha deserta como castigo por suas queixas excessivas. O título da crônica *Ilha deserta* sugere a percepção de impotência que lhe sobreveio. Assim nos conta o narrador José Saramago:

Por ter feito demasiadas exigências ao comandante do barco que me transportava, fui desembarcado numa ilha deserta. Deram-me alimentos

---

<sup>12</sup> As crônicas retiradas do livro *A bagagem do viajante* não são datadas individualmente.

para quinze dias ou quinze anos (nunca cheguei a apurar ao certo), armas e munições (incluindo bombas atômicas), e dos regalos do barco consentiram que eu retirasse um livro e um disco. Escolhi o Dom Quixote e o Orfeu. Convirá explicar porquê. Eu ia viver sozinho, e em paz, se possível. Ia ter trabalho e poucas distrações. Logo, não havia melhor livro que o Dom Quixote, que faz rir e tem uma Dulcineia inexistente, e o Orfeu, que faz chorar e tem uma Eurídice morta. Com esta deliberada ausência povoaria eu as minhas noites intermináveis (SARAMAGO, 1997, p. 127).

A leitura dessa crônica escrita na época da ditadura em Portugal, quando os jornalistas usavam alegorias e metáforas em seus textos para escapar da censura, reflete um escritor impedido de usar sua liberdade e língua como ferramenta contra o governo, representado no texto pelo comandante do navio. Sua escolha deliberada por Dom Quixote e Orfeu com suas amadas inexistentes mostra seu sentimento em relação à pátria, também inexistente no sentido de liberdade e direitos. Cervantes, para Saramago, era uma referência, pois fez bom e belo uso de sua língua, e ele, naquele momento, não podia fazê-lo. O poeta Orfeu usou seu canto para apaziguar a todos em busca de harmonia. Mesmo ao cantar a tristeza pela morte da amada, comovia e era ouvido por todos, já Saramago teve sua voz calada. Para o autor (2010, p. 215), “não temos outra coisa [que palavras]. Somos as palavras que usamos. A nossa vida é isso”. Assim, sem o uso da palavra, sua vida não era nada, era a solidão da ilha e o silêncio do mundo.

Após algum tempo com ausências infinitas, chega à ilha um computador vindo do mar, em uma caixa, o que trouxe transformações para seus habitantes, o homem e seus companheiros imaginários, Dom Quixote, Sancho Pança e Orfeu. O homem morreu, e o computador continuou lá, como símbolo de um futuro vindouro, e mais uma vez em suas crônicas, o autor português deixa marcas de seu pensar lusitano, pois é do mar que vem a boa nova que pode alterar e transformar as pessoas e a nação. No final da crônica, ele claramente diz que tem grandes esperanças, condicionadas ao reviver da pátria, representada, como vimos, pelas ausentes amadas: “Se Dulcineia ganha corpo e Eurídice ressuscita, este mundo ainda é capaz de se tornar habitável” (SARAMAGO, 1997, p. 129).

Em uma construção final que evoca sua consciência um tanto pessimista, porém esperançosa por melhoras, o autor garante o uso de sua língua, fato que deveras o preocupa, que é o de não contar histórias por contar, mas colocar no papel aquilo que é necessário, que faça sentido e que tenha um poder motivacional

e transformador. Em uma das entrevistas concedidas, o autor (2010, p. 210) fala sobre sua escrita e o motivo de escrever, ao confessar que “[não escrevo] por amor, mas por desassossego. Escrevo porque não gosto do mundo em que estou a viver”, o que nos remete a Pessoa, outra referência para o autor, que também era acometido pelo mesmo mal, o de não entender o mundo à sua volta ao ponto de tornar-se muitos nessa tentativa. Uma de suas frases, mais especificamente de Ricardo Reis, marcou a literatura de Saramago, a qual dizia que “sábio é quem se contenta com o espetáculo do mundo”. O resultado dessa marca é um autor que não se cansa de tentar mudar a consciência política e cultural das pessoas e faz belíssimo uso de sua língua, assim como fizeram Cervantes e Pessoa, poetas de suas pátrias.

Desse modo, Saramago jamais se distanciou de seu papel como intelectual interessado nas questões de seu tempo. Constante em suas argumentações, contribuiu para a transformação cultural de seu país, não esquecendo que do povo faz parte e sempre fará. Em algumas crônicas, as que não se encaixam efetivamente nos três temas abordados nesta dissertação, Saramago trata, em metanarrativa, da arte de ser um cronista, de sua visão acerca do leitor e da importância deste para o escritor. Esses, junto com a voz popular que ecoa no texto e o estilo narrativo do autor, são os temas do próximo capítulo deste estudo.

## 4 ESTILO SARAMAGUIANO: A ARQUITETURA DA PALAVRA

### 4.1 JOSÉ SARAMAGO, UM NARRADOR DE SEU TEMPO

Desde as épocas em que só havia a narrativa oral, o narrador era peça fundamental na transmissão de experiências e na possibilidade de ensinar. Contar histórias era mais do que uma simples forma de socialização, era, antes de tudo, o único meio de intervir na construção do conhecimento e da subjetividade das pessoas. Como já visto, para Benjamin (1992, p. 28), contar histórias é “trocar experiência”, porém, infelizmente, o ato de dividir dessa forma, atualmente, está praticamente obsoleto. A sublime arte de contar histórias foi ganhando versão atualizada nas páginas de livros, jornais, revistas e na internet por meio da narrativa escrita, nem sempre, porém, por intermédio de sujeitos aptos para tal providência. Sendo uma arte, sua função pode ser a de conciliar assuntos práticos a outros mais intelectuais, ou de, simplesmente, aconselhar. De acordo com Benjamin:

Tudo isto tem a ver com a verdadeira essência da narrativa. Ela contém em si, oculta ou abertamente, uma dimensão utilitária. Esta utilidade pode, por vezes, consistir num ensinamento moral, outras vezes numa instrução prática, e ainda nalguns casos num ditado ou norma de vida – mas o narrador é sempre alguém que sabe dar conselhos ao ouvinte (BENJAMIN, 1992, p. 31).

Nesse sentido, os provérbios aparecem como forma popular consagrada de ensinamento moral ou de máxima que conclui uma instrução que serve de apoio para decisões ou que define uma circunstância. Diferentemente das sentenças, abordadas neste capítulo, principalmente pela autoria identificável, podem ser definidos basicamente por quatro características: seu caráter autônomo, seu valor semântico de verdade universal, sua origem remota e anônima e sua transmissão oral e diacrônica. Ao estudar sua incidência nos romances de Saramago, Helena Vaz Duarte, em sua dissertação de mestrado, usou desse conceito de caráter linguístico para delimitar sua pesquisa, pois muitas expressões idiomáticas podem ser confundidas com provérbios. Para a autora (2006, p.32), há dificuldades na

“identificação destes ditos, distinguindo-os de outras expressões, igualmente concisas e gerais que são os aforismos, as frases feitas e os lugares comuns”.

Helena Duarte faz uso das palavras de Ana Cristina Macário Lopes, que considera o provérbio um texto híbrido. Para a autora:

Ele é aberto na medida em que faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, consoante a situação concreta em que é utilizado; fechado na medida em que transporta consigo uma interpretação-padrão estável, convencionalmente estabelecida e fixada pela tradição (LOPES, 1992, p. 345 *apud* DUARTE, 2006, p. 34).

A característica de extrema flexibilidade contextual do provérbio, segundo Duarte (2006, p. 34), “lhe permite que, mesmo mantendo o seu carácter autónomo, rígido e de verdade universal, manifeste todo o seu potencial significativo, adequando-se à realidade narrada e propiciando uma revitalização a nível semântico”. Para Benjamin (2010, p. 221) “provérbios são ruínas que ficam no lugar das velhas histórias, e que neles a moral abraça um gesto tal como a hera trepa e abraça um muro”. Nos romances de José Saramago, portanto, seu uso é intencional e ligado ao seu ponto de vista, que une a tradição popular do provérbio ao discurso literário, podendo, como quer a autora, conceder ao tipo de linguagem que é a proverbial, nesse contexto, o estatuto literário. Duarte (2006, p. 34) refere ao escritor a apropriação dessas formas rígidas para alterará-las por meio de paródias, amplificação e cruzamento com o texto literário, “num processo de constante (re)criação”. O uso intertextual de provérbios, pois, na sua forma fixa ou parodiada:

Se associa a um processo transgressor das “verdades” da História e da Literatura, com vista a uma reconstrução da história do Homem; de como a apropriação deste género popular se insere numa tentativa de recuperação do passado e de manifestação de vozes, frequentemente silenciosas ou silenciadas na História e na Literatura (DUARTE, 2006, p. 22).

Para este estudo, cabe salientar que é o uso intencional de expressões populares ou a apresentação de personagens do cotidiano na obra do autor que dão ao seu texto a característica popularizante. Em muitos deles, Saramago faz uso de expressões populares a partir das falas de suas personagens, como é o caso de



Manuel Milho, de *Memorial do convento*, narrativa na qual o homem comum e naturalmente sábio ganha destaque, pois representa também as personagens que não são mencionadas na História oficial de Portugal em função de sua condição excêntrica. Assim, o autor se identifica com essas personagens e, em suas crônicas, privilegia o que é popular por enaltecer as que são reais, que passaram por sua vida e a marcaram definitivamente com sua natural sabedoria.

Para Duarte (2006, p. 23), “esta atenção que o autor dedica a personagens do cotidiano, ao homem comum, ao homem simples, sem a cultura institucionalizada, dotado, porém de um excepcional conhecimento de vida” que aparece nas crônicas do autor também ocorrerá nos romances, como já destacado neste estudo. A abordagem que o autor faz de pessoas que, por serem e levarem uma vida comum, como o homem do qual trata Helena Duarte, mostra a intenção do autor em destacar o cotidiano e a importância da tradição e do popular, sendo Portugal um país com fortes tradições e com um grande número de pessoas vivendo na simplicidade do meio rural, muitas ainda trabalhando com manufaturas.

Em algumas crônicas, Saramago busca na lembrança imagens que destacam as características, tanto físicas como psicológicas, de seus avós, pessoas que serviram, para o autor, de modelo da tradição oral de contar histórias e representam o saber natural sobre o mundo e a base do caráter que julga ter como adulto. Nesse sentido:

A lembrança é construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p. 55).

Apesar de serem de cunho memorialístico, essas crônicas são destacadas neste capítulo do trabalho por apresentarem personagens reais que representam, ao serem relatadas em um texto literário, a essência do povo português. Saramago as lembra na sua condição de adulto, observador distante do significado que essas pessoas tiveram em sua vida e também do valor de muitos portugueses cujas

sabedorias moldadas pela vida simples, arraigadas na tradição, fizeram a História de Portugal. Na crônica “O meu avô, também”, Saramago nos conta que ele era:

Um homem sábio, calado e metido consigo, que só abre a boca para dizer as palavras importantes, aquelas que importam. Fala tão pouco (são poucas as palavras realmente importantes) que todos nos calamos para o ouvir quando no rosto lhe acende qualquer coisa como uma luz de aviso. [...] O seu rosto é talhado à enxó, fixo mas expressivo, e os olhos, pequenos e agudos, têm de vez em quando um brilho claro como se nesse momento alguma coisa tivesse sido definitivamente compreendida. [...] E era um homem. Um homem igual a muitos desta terra, deste mundo, um mundo sem oportunidades, talvez um Einstein perdido sob uma camada espessa de impossíveis, um filósofo (quem sabe?), um grande escritor analfabeto. Alguma coisa seria, que não pôde ser nunca (SARAMAGO, 1997, p. 31).

E expressão rosto “talhado à enxó” mostra a dificuldade diária do homem do campo, que usa essa ferramenta de talhar madeira ou outra nos serviços rurais, tradicionalmente passados de pai para filhos. Essa linguagem popular inserida no contexto literário da crônica garante a aproximação que o autor quer ter do que é comum ao povo português. Outra tradição, a de contar histórias, é lembrada pelo autor na crônica “Carta para Josefa, minha avó”, que traz à tona a mulher pertencente às camadas simples do povo, que cuida dos seus e conta histórias comuns à tradição oral.

Tens noventa anos. És velha, dolorida. Dizes-me que foste a mais bela rapariga do teu tempo – e eu acredito. Não sabes ler. Tem as as mãos grossas e deformadas, os pés encortiçados. Carregaste à cabeça toneladas de restolho e lenha, albufeiras de água. Viste nascer o sol todos os dias. De todo o pão que amassaste se faria um banquete universal. Criaste pessoa e gado, meteste os bácoros na tua própria cama quando o frio ameaçava gelá-los. Contaste-me histórias de aparições e lobisomens, velhas questões de família, um crime de morte. [...] E, no entanto, tens os olhos claros e és alegre. O teu riso é como um foguete de cores. Como tu, não vi rir ninguém (SARAMAGO, 1997, p. 28).

É com a oralidade que as histórias se tornam verdadeiras e populares e são transmitidas de geração em geração, como fazia dona Josefa. Ao trazê-la para mais perto de seus leitores, Saramago se torna, de certa forma, também mais próximo. Nos tempos atuais, entretanto, as narrativas orais parecem ser coisa do passado, da época já mencionada, aquela em que as pessoas da localidade se organizavam em

torno do contador de histórias. No entanto, a troca de experiências que ocorre nesse momento, quando se aconselha, está presente na voz que há nos textos do autor. Como o próprio narrador de suas histórias, José Saramago também aconselha indiretamente seus leitores, ou argumenta em favor de uma causa, ou ainda leva o leitor a refletir, o que é o resultado de receber um conselho. Segundo Eco (1994, p. 122), “com os universos ficcionais sabemos sem dúvida que têm uma mensagem e que uma entidade autoral está por trás deles como criador e dentro deles como um conjunto de instruções de leitura”.

Essa análise de Eco é destinada a romances ficcionais, no entanto, como não há muitas teorias acerca do gênero crônica e da funcionalidade do autor e do leitor nesse contexto, pode-se analisar também o autor-narrador que é Saramago sob esse viés, pois seu estilo próprio de narrar é criticado e comentado, porém garante-lhe liberdade para a criação. Saramago explica:

Toda essa liberdade que se pode reconhecer nos meus livros resulta fundamentalmente da posição em que me coloco como um narrador realmente onisciente, onipresente e que, de certa maneira, está disposto a manipular tudo o que vem relacionado não só com a narrativa propriamente dita, mas também com as ilusões do próprio leitor (SARAMAGO, 2010, p. 221)<sup>13</sup>.

Algumas de suas características são bastante distintas e justificadas por ele em sua autodescrição como narrador. Na introdução à afirmação do autor de que é o narrador de seu texto e, por isso, não há uma entidade narradora em suas obras, Aguilera detalha como é o estilo narrativo de Saramago:

Em seus romances, o autor-narrador se transforma numa figura central, vigorosa e totalizadora. É capaz de reordenar subjetivamente a temporalidade, amalgamando sua própria circunstância ao ciclo dos fatos relatados, de interferir no curso do relato mediante digressões maiores, de se sobrepor às lógicas da continuidade espacial, de interpelar o leitor e

---

<sup>13</sup>.Definindo-se como o próprio narrador de seu texto, José Saramago apresenta em suas crônicas um narrador diferente daquele do romance realista do século XIX, que era predominantemente onisciente e onipresente e sabia mais sobre as personagens do que elas próprias. No caso do narrador-autor que é Saramago, sua posição obviamente onisciente e onipresente é percebida porque o autor manipula o leitor e, de certa forma, até brinca com ele, estimulando-o a participar da narrativa. Já o do romance realista informava o leitor, que se sentia seguro e não precisava participar do texto, pois a onisciência do narrador deixava-o crer na certeza e na verdade de valores absolutos que lhe eram apresentados.

estabelecer cumplicidades com ele, de dissentir e opinar ou governar as criaturas de suas obras, administrador de um conhecimento que transborda tanto a cronologia como a informação estrita dos acontecimentos referidos (AGUILERA, 2010, p. 219 - 220).

Aguilera elenca essas características, algumas das quais serão abordadas na sequência deste capítulo, delineando o que é ressaltado nas várias falas de Saramago acerca de sua obra. Para Umberto Eco, o narrador:

É uma voz que nos fala afetosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como um leitor-modelo (ECO, 1994, p. 21).

Essa estratégia narrativa destacada por Eco tem a ver com o estilo do autor, que se apresenta claro e inconfundível, tornando-lhe, como esclarece Eco, um autor-modelo, cujo texto procura criar um leitor-modelo, que será abordado mais adiante neste capítulo. É por meio de sua experiência, portanto, que o narrador se torna competente em sua narrativa, e a crônica, como se disse, é uma ferramenta útil para esse fim. Ao ser analisada por Benjamin, levada em conta sua relação com a História, ela foi definida como:

Entre todas as formas de épica, não existe uma cuja presença na luz pura e incolor da história escrita seja mais incontestável do que a crônica, estratificando-se no seu amplo espectro os diversos modos de narrar, como cambiantes da mesma cor. O cronista é o narrador da história (BENJAMIN, 1992, p. 42).

Assim, é missão do narrador cronista abordar assuntos que definam e caracterizem uma época, ou um momento. Por esse ângulo, a experiência de Saramago como cronista regular no passado e como “blogueiro” denota um homem que percebeu a vida em toda a sua cotidiana plenitude, o que é evidenciado por suas crônicas e pelo que delas resulta.

Muitos de seus questionamentos e considerações são transformados em textos metanarrativos, o que remete ao conceito de metanarratividade de Eco (2003,

p. 199), que a trata como a “reflexão que o texto faz sobre si e sobre a própria natureza, ou intrusão autoral que reflete sobre o que se está contando e talvez convide o leitor a compartilhar de suas reflexões”, tendo em vista que se encaixa naturalmente no estilo de Saramago. Nessas considerações, o autor aborda, por exemplo, o significado ou o peso que, às vezes, ter de escrever possui, como na época do Natal, em que todos se voltam para análises reflexivas sobre a data ou sobre a passagem de mais um ano. Em um dado Natal, o autor registrou em “Natalmente crônica” (Anexo D) a falta de vontade de abordar esses temas recorrentes e teorizou sobre o fazer literário e os temas para uma crônica. Para Saramago (1997, p. 56), elas “são o que podem ser”. Acerca disso o autor pergunta e dá a resposta:

Que resta para a crônica? Um mundo de coisas, se eu estivesse em disposição de escolher uma, encontrar-lhe o jeito, surpreendê-la a olhar para outro lado e caçar-lhe o perfil secreto – que é, afinal, em que se resume a arte de escrever (SARAMAGO, 2007, p.96).

Na passagem de outra crônica intitulada “O sapateiro prodigioso”, sob o mesmo enfoque, o cronista reclama para si a simplicidade e a paz de espírito necessárias para a fluência de um texto sem a ordem de seu mestre:

Hoje queria uma prosa descansada, tranquila, que dissesse as coisas mais sérias da forma mais simples. Uma prosa que se ajudasse a si mesma, em que eu não interviesse, ou não tivesse mais presença que a do contemplativo que descansa à beira do rio e vê passar a água (SARAMAGO, 1997, p. 23).

A visão do autor sobre a função do cronista e da crônica é evidenciada no texto para o *blog*, de 18 de janeiro de 1985, para o jornal *O jornal*, cujo título “Antigamente, a crônica” remete a uma revisão temporal desse gênero. Sob o olhar do cronista, a crônica, antigamente:

Era a flor das redações, o botão de rosa na lapela, ou o cravo, ainda inocente e sem veleidades de emblema, marcescendo em lhe chegando a hora. A crônica, então, dava pano para abas e mangas: arroubo lírico e

sentimental, em geral campestre, mensagem críptica à imortal amada, confiança intimíssima ao ignoto leitor, desabafo vertido no ombro paciente da coluna em corpo oito, às vezes itálico. E também servia, a crônica, para zagunchar disfarçadamente o fascismo local, os chefes e subchefes, ousando pôr claras as palavras autorizadas, baixando à entrelinha quando a prudência fosse maior que o atrevimento, mais tarde com grandes demonstrações de alegria infantil se o censor de miolo trôpego, ou sonolento, ou simplesmente ignorante, deixava passar sem emenda o atentado. [...] Era ponto assente que nós, os cronistas, seríamos a verdadeira reserva moral da nação, os públicos juízes, os cíceros, os catões, os encarregados do saneamento básico. [...] O cronista sabe, portanto, no que se mete. Aliás, não lhe falta experiência. Na sua escrita passada, foi lírico, foi sentimental, e foi cáustico também, fez muitas perguntas e não lhe deram resposta, caluniaram-no e não quis defender-se. Julgava que não voltaria aos trabalhos práticos do jornal e ei-lo reincidente (SARAMAGO, 1999, p. 129).

As palavras do autor nessa crônica são a síntese do significado que o poder da escrita tem, do que representa o espaço disponível para o intelectual se expressar, em época favorável ou não, e também da responsabilidade que recai sobre o cronista em função das expectativas de seus leitores, responsabilidade destacada por Said e por Saramago quando atribuem à literatura a função de instrumento para ajudar a esclarecer os fatos. Praticamente autobiográfico e memorialístico, esse texto evoca a condição da narrativa em crônica como conscientizadora para o próprio autor, carente de que lhe lembrem de sua importância, e para o leitor, para que perceba a difícil arte do cronista, motivador e sempre entusiasta por um mundo mais justo.

De acordo com Bosi (1994, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Essa afirmação sobre a memória e as lembranças que ela traz está configurada na crônica de Saramago, porque em 1985 ele retoma as ideias que circulavam em suas crônicas passadas, as de cunho político, sobretudo, escritas entre 1968 e 1975, cujas questões levantadas não tiveram resposta. Já em 2009, em uma crônica escrita em 07 de julho, o autor novamente relembra sua história como escritor, quando refaz mentalmente sua trajetória como narrador de seu tempo:

Como escritor, creio não me ter separado jamais da minha consciência de cidadão. Considero que aonde vai um, deverá ir o outro. Não recordo ter escrito uma só palavra que estivesse em contradição com as convicções

políticas que defendo. [...] O escritor, se é pessoa de seu tempo, se não ficou ancorado no passado, há-de conhecer os problemas do tempo que lhe calhou viver (SARAMAGO, 2009<sup>b</sup>, p. 157).

Nesse sentido, ainda, na continuação da “Natalmente crônica”, o cronista convida seu leitor a entender o seu ofício, além de divagar novamente sobre a arte de escrever, quando muito do que está escrito é inerente ao autor, que se faz, nesse momento, incondicionalmente íntimo do seu público:

Mas agora quereria que descesse um pouco mais ao fundo e fizesse comigo a descoberta do que representa, para quem escreve, a pública exibição do que sente e do que pensa, do que projecta e do que realizou antes, ou falhou. Sobretudo, o cronista, porque faz da matéria da vida (da sua e da alheia, deste mundo e do outro) a ponte de comunicação e a própria comunicação, acho eu que a muito se atreve e arrisca. Não pode ser um reflexo indiferente, um arranjador de notícias que mesmo quando relatam catástrofes têm sempre alguma coisa de impessoal e distante. Há-de afirmar-se em cada palavra que escreva, de tal maneira que à terceira linha se acabaram os segredos e o leitor não tem mais remédio que uma destas duas atitudes: ou senta o cronista à sua mesa, como faz aos amigos, ou fecha-lhe a porta na cara, como aos importunos, deixando-o a arranhar desanimadamente a bandurra (SARAMAGO, 2007, p. 95).

Para que haja o cronista, portanto, deve haver o leitor, e é por isso que Saramago relembra que só se descobriu escritor quando percebeu que tinha leitores e que esses o transformaram em escritor. Segundo Eco (1994, p. 22), “é na leitura que o autor e o leitor se criam”, o que pode ocorrer em qualquer tipo de texto, inclusive na crônica. O próximo item deste estudo aborda a relação autor-leitor destacada na última crônica analisada, componente do universo saramaguiano.

#### **4.1.1 De pessoa para pessoa**

Não existe obra sem leitor. Essa é a afirmação que acompanhou Saramago durante a escrita de seus muitos romances. Para o autor (2010, p. 329), “as obras completas estão sempre incompletas, porque lhes falta o outro lado, como agora se diz, a recepção dos leitores”. Durante todo o tempo em que publicou, o autor recebeu diversas correspondências que autenticam essa teoria, porém ainda não

publicadas<sup>14</sup>. Para este estudo, no entanto, a inclusão do leitor em suas crônicas e o fato do autor lhe convidar direta ou indiretamente a participar de suas reflexões refletem a relação e o compromisso entre ambos, avaliados por seu comentário e definições.

O leitor de Saramago é “interpelado” de vários modos, como propõe Aguilera (2010, p. 219). Ele faz parte de sua narrativa, pois deve estar atento e acompanhar a sinuosidade de sua escrita, compactuando, de certa maneira, com a narrativa, porque sua participação, no sentido de compreensão do texto, é o que a sustenta. Em relação a isso, José Saramago (2010, p. 326) conclui que “o leitor também escreve o livro quando lhe penetra o sentido, o interroga. O leitor se transforma, no ato mesmo de sua leitura, em um elemento a mais na narrativa”. Segundo Eagleton (1990, p. 82), o leitor “estabelece conexões implícitas, preenche lacunas, faz deduções e comprova suposições”, tudo isso a partir do texto e das ideias contidas nele, o que remete ao leitor-modelo definido por Eco, o que se pode chamar de leitor ideal, aquele que traz suas experiências para o texto e o faz seu. Eco defende que:

Numa história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só no processo de contar uma história, como também da própria história. [...] Todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça parte de seu trabalho (ECO, 1994, p. 7).

Se, para Benjamin (1992, p. 31), “o narrador é sempre alguém que sabe dar conselhos”, o autor em estudo percebe e pratica conscientemente a arte de contar histórias a fim de, também, suscitar questionamentos ao leitor e fazê-lo crescer em entendimento de determinado assunto ou circunstância. Assim, de acordo com Saramago:

---

<sup>14</sup> Em relação também à recepção, Saramago recebeu uma crítica a *O caderno*, em 2009. Nela, José Mário Silva dizia que o autor não era um verdadeiro *bloguer*, para a qual o autor (2009<sub>a</sub>, p. 155), numa exceção à sua decisão de não comentar críticas recebidas, dedicou a crônica “Crítica”, em 6 de julho de 2009, dizendo que “não faço *links*, não dialogo diretamente com os leitores, não interajo com a restante blogosfera”. Cabe salientar que Saramago sempre respondeu indiretamente a todas as críticas que recebeu. Nas entrevistas e palestras concedidas, se mostra atento a elas e interessado em esclarecer, ou não, questões levantadas sobre sua obra. Para a mais recorrente, sobre o narrador em seu texto, o autor inúmeras vezes defendeu a mesma ideia, de que era o próprio. Numa entrevista de 2001, o autor (2010, p. 224) trata o narrador como sendo “uma invenção acadêmica graças a qual se escreveram milhares de páginas em teses doutorais [...]. O autor usa o narrador assim como usa as personagens, o põe ali para dizer o que se passa. Mas tudo está dentro da história, até o autor”.



Quando eu falo de pessoa pra pessoa, quer dizer, da pessoa-autor que sou à pessoa-leitor que o leitor é, tudo o que faço é depositar nele a inquietação para definir as mudanças que ele imagine necessárias. [...] Como eu disse, escrevo para compreender, e desejaria que o leitor fizesse o mesmo, quer dizer, que lesse para compreender (SARAMAGO, 2010, p. 327).

Um exemplo de crônica em que o autor (2007, p. 115) solicita diretamente a atenção do leitor é a que escreveu sobre a publicidade como sendo o décimo terceiro e atual apóstolo, iniciando-a com “registre já o leitor, seja qual for a sua condição, classe, casta – ou função – que não venho brincar com assuntos tão sérios como o cristianismo”. Em outro texto, a cumplicidade que Saramago supõe ter com seu leitor é manifestada em poucas e finais palavras, nas quais ele (2007, p. 169) pede a paciência do leitor: “Desculpe o leitor o tempo que perdeu agora comigo: de longe em longe vêm-me dessas ingenuidades”. Esses dois trechos de crônicas do livro *A bagagem do viajante* remetem ao seu pensamento em relação ao entendimento entre o autor e o público leitor. Relata o autor (2010, p. 326): “gosto de imaginar que tenho uma relação especial com os leitores. E tenho a vaidade de acreditar que há entre mim e os leitores um laço afetivo que penso não é uma regra entre produtores culturais e consumidores”.

Em seu blog, no dia 02 de julho de 2009, toda essa tradução do cotidiano da qual se vem falando neste estudo é explorada pelo autor, em uma narrativa que leva em conta, e muito, a pessoa do leitor. A ação de traduzir em si, de um idioma para outro, é também elaborada por ele, mas é sob o enfoque de troca de experiências que Saramago inicia sua crônica:

Escrever é traduzir. Sempre será. Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua. Transportamos o que vemos e o que sentimos (supondo que o *ver* e o *sentir*, como em geral os entendemos, sejam algo mais que as palavras com o que nos vem sendo relativamente possível expressar o *visto* e o *sentido*...) para um código convencional de signos, a escrita, e deixamos às circunstâncias e aos acasos da comunicação a responsabilidade de fazer chegar à inteligência do leitor, não a integridade da experiência que nos propusemos transmitir (inevitavelmente parcelar em relação à realidade de que se havia alimentado), mas ao menos uma sombra do que no fundo do nosso espírito sabemos ser intraduzível, por exemplo, a emoção pura de um encontro, o deslumbramento de uma descoberta, esse instante fugaz de silêncio anterior à palavra que vai ficar na memória como o resto de um sonho que o tempo não apagará por completo (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 152).

Muito dessa tradução do que se passa no mundo é em tom de esclarecimento quanto às questões políticas, quando o autor externa o que o cidadão comum, sob a condição de submissão ou de falta de possibilidades de se manifestar, gostaria que fosse dito por quem as tivesse, não esquecendo de que, como salientado anteriormente, somente não se afastando das camadas sociais menos esclarecidas é que o cronista poderia ter essa visão de suas insatisfações. Sobre seu sentimento de porta-voz dos que vivem ao rés-do-chão, José Saramago dizia que:

Não sou tão suficiente que diga falar em nome do povo, mesmo sabendo que quem escreve se considera sempre um pouco investido, procurador de sentir e de um pensar colectivos que no escrever individual procurassem ser voz (SARAMAGO, 1999, p. 53).

Assim, sempre levando em consideração o público leitor, Saramago busca fórmulas de se fazer entender, mesmo com as condições adversas da repressão sob a qual se manifestou em muitas crônicas, na tentativa de transmitir as ansiedades da população. Seus textos possuem uma singular apresentação, cuja voz marcante é abordada a seguir.

#### 4.2 UMA VOZ POPULAR E PORTUGUESA

O estilo narrativo do escritor de *Memorial do convento* foi-se modificando e construindo com base na observação de sua língua pátria e pelo belo uso que alguns escritores fizeram dela. O autor (2010, p. 228) conclui que “o estilo que tenho construído assenta na grande admiração e respeito que tenho pela língua que foi falada nesta terra nos séculos XVI e XVII”. Desse modo, a trajetória do que constitui hoje o modo peculiar da escrita de Saramago é marcada pela leitura incessante de clássicos durante a juventude e posteriormente e de influências de escritores que tinham, de certa forma, a mesma intenção político-social do escritor.

Para compreender-se a formação da escrita do autor é também necessário entender um pouco sobre suas influências e observar sua autoanálise crítica e clara sobre o que ele chamou de estilo pessoal, destacando-se novamente a paixão pela

língua fluente e harmônica do século XVII, que foi o agente transformador de sua linguagem. Segundo Saramago (2010, p. 229), “escrevo, no fundo, como se escrevesse a língua que gostaria que se falasse”.

#### 4.2.1 A escola do escritor: influências a Saramago

Leitor e dedicado entusiasta das obras de Antônio Vieira<sup>15</sup>, um dos mais influentes personagens do século XVII, pela linguagem que ele trazia de seus sermões para sua escrita, pela intensa musicalidade que sua narrativa apresentava, Saramago credits a esse mestre a melhor e mais bela época da literatura de língua portuguesa. O rigor com que ele escrevia faz do barroco a inspiração do escritor e de Antônio Vieira sua maior influência. A voz usada em prol dos menos favorecidos e contra qualquer injustiça social é comum nos dois escritores. Antônio Vieira, destacado orador, não temia represálias por parte do governo português, apoiava as causas sociais e polêmicas, por isso, entrou em conflito várias vezes com o Santo Ofício e muitas outras com o monarca português, D. João IV. Como diplomata, em determinada época, usou da função política para continuar ajudando e determinando melhorias na vida de judeus, índios ou quaisquer outros grupos que precisavam de quem os defendessem, lutando pela liberdade dos povos e contra a violência gratuita em função de vontades egoístas de alguns monarcas.

Sobre Vieira, nos conta Saramago:

Antônio Vieira é uma dívida que reivindico. E mesmo que me dissessem que tal influência não se nota assim tanto na minha própria linguagem, sei que, profundamente, é o verbo vieirano que vai ressoando no meu cérebro enquanto escrevo. Por um pouco lhe chamaria de arquétipo (SARAMAGO, 2010, p. 231).

---

<sup>15</sup> Antônio Vieira destacou-se como missionário em terras brasileiras. Nessa qualidade, defendeu infatigavelmente os direitos humanos dos povos indígenas combatendo a sua exploração e escravização e fazendo a sua evangelização. Defendeu também os judeus, a abolição da distinção entre cristãos-novos (judeus convertidos, perseguidos à época pela Inquisição) e cristãos-velhos (os católicos tradicionais), e a abolição da escravatura. Criticou severamente os sacerdotes da sua época e a própria Inquisição. Defendeu ainda o uso de capitais dos cristãos novos para financiar a Companhia das Índias ocidentais.

Em uma crônica escrita para o blog de 8 de abril de 2009, tendo como título “Ler”, o autor enfatiza a admiração que sente por Antônio Vieira e seu especial uso da língua portuguesa ao dizer que:

Abrimos os sermões do Padre António Vieira e verificamos que há em tudo o que escreveu uma língua cheia de sabor e de ritmo, como se isso não fosse exterior à língua, mas lhe fosse intrínseco. Nós não sabemos ao certo como se falava na época, mas sabemos como se escrevia. A língua então era um fluxo ininterrupto (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 43).

Do final do século XIX, o imaginário de Almeida Garrett também é uma inspiração para o autor, junto com a tradição léxica de Camilo Castelo Branco, já entrando no início do século XX. Para o autor, porém, esses autores representam influências de outra maneira:

Agora, se me diz que aliei a tradição léxica de Camilo e o imaginário de Garrett, respondo que me agrada ouvi-lo, sobretudo por uma razão não de todo literária: é que são, ambos, escritores medularmente, agudamente portugueses, que prolongam e renovam os sabores antigos da língua, como terra que vem agarrada às raízes e fica nas mãos (SARAMAGO, 2010, p. 231).

Da mesma época que Camilo Castelo Branco, Raul Brandão aparece também como uma influência na escrita de Saramago. Em uma análise de quem seriam essas influências literárias, o autor (2010, p. 228) observa: “Tive grandes amores literários que, de uma forma ou de outra, poderão ter passado para a minha escrita. Talvez a voz, talvez mais um eco, que mais reconheço seja Raul Brandão”. Brandão foi um dos grandes modernistas na prosa de ficção portuguesa, integrando uma dimensão simbolista de tentativa de transposição de uma realidade aparente e deceptiva. Mas é na descrição da ação da narrativa de forma não linear que se encontra a semelhança a Saramago, pois ele utiliza “processos de desconjuntamento do tempo narrativo que antecipam o trabalho discursivo da ficção de hoje”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/brandao.htm>> Acesso em: 10 mar. 2012.

A introdução de sua voz na escrita, portanto, no estilo de Vieira, é uma fórmula muito bem empregada por Saramago, que se pode dizer ser um escritor barroco, como ele próprio afirma sobre si, pois, para o autor (2010, p. 209), “falar é muito mais criativo do que escrever”. As mudanças de plano temporal, semelhantes à Brandão, também ocorrem nas obras do autor, como é o caso de *História do cerco de Lisboa*, revelando espontaneidade na construção do texto, ligando o pensamento do autor ao fluxo da narrativa. Outra característica bastante marcante e pouco entendida é o uso – ou não, de pontuação em seus textos, o que remete ao que Umberto Eco (2009, p. 14) escreveu no prefácio que preparou para o livro *O caderno 2*, a segunda reunião dos textos do blog de José Saramago, quando ele diz que o autor “cuida da pontuação ao ponto de a fazer desaparecer”.

Assim, quando estava preparando o romance *Levantado do chão*, em 1976, Saramago estava preso na questão de não fazê-lo sob os moldes tradicionais, quando percebeu, três anos depois, que só poderia narrá-lo como se estivesse contando oralmente uma história, como os oradores destacados por Benjamin faziam no passado. De acordo com Saramago, esse romance só poderia ser narrado:

De viva voz. Tal como nós, que quando falamos não fazemos distinção entre o discurso direto e o indireto. No caso do *Levantado do chão*, isso assume uma forma quase cronística, numa transposição do discurso verbal para o escrito (SARAMAGO, 2010, p. 232).

*Levantado do chão*, portanto, inaugurou essa marca na obra do autor, marca que *Memorial do convento* configurou como saramaguiana. Sobre sua narrativa, em seu *Cadernos de Lanzarote IV*, de 1998, o autor diz que:

Provêm de um princípio básico segundo o qual todo o dito se destina a ser ouvido. Quero com isso significar que é como narrador oral que me vejo quando escrevo e que as palavras são por mim escritas tanto para serem lidas como para serem ouvidas. Ora, o narrador oral não usa pontuação, fala como se estivesse a compor música e usa os mesmos elementos que o músico: sons e pausas, altos e baixos, uns, breves ou longas, outros (SARAMAGO, 1998, p. 223).

Nessa análise, Saramago defende que a pontuação não faz parte da linguagem oral, porém, na escrita, como se sabe, o uso ou não de pontuação pode alterar significativamente o sentido de uma oração, o que acontece com qualquer tipo de texto, seja ele uma composição musical seja um romance. Ocorre que, para o autor, seus textos são para serem lidos e ouvidos, dependendo, assim, da entonação que se dá na leitura. Quando ele diz que seu texto não tem pontuação, no entanto, significa que os diálogos das personagens não são destacados em discurso direto ou indireto, mas intercalados no texto, localizados pelo uso de letra maiúscula para marcar a troca de fala entre as personagens. Nesse caso, portanto, a falta de pontuação pode causar dificuldades para o leitor e exige deste mais atenção na leitura. Daí que o leitor de Saramago, como se disse, é um leitor fiel e conhecedor de seu fazer literário.

Acerca do discurso escrito, segundo o autor:

As raízes do meu discurso escrito estão na fala de todos os dias e na necessidade que sinto de transmitir uma sensação de totalidade integradora em que o diálogo é somente um elemento do espaço em que decorre. Sou consciente de que esta totalidade é impossível de alcançar, mas isso não significa que não o tente em cada página que escrevo (SARAMAGO, 2010, p. 243).

A intenção do autor em transmitir a fala na escrita é bem observada na crônica de *A bagagem do viajante*, cujo título “A recuperação dos cadáveres” causa estranhamento e sugere que o conteúdo será abordado criticamente. O autor inicia a crônica questionando se os leitores também se lembravam dos tempos em que os filmes de monstros e de vampiros deixavam o público tenso e com noites a menos de sono tranquilo, destacando o famoso personagem do romance gótico inglês oitocentista, o Dr. Frankenstein, que desenterrava cadáveres para suas experiências. Esse levantamento é elaborado na crônica tendo em vista que a cena cinematográfica estava se tornando real, porém sem as experiências nem a irrealidade do cinema. O fato que deu nome à crônica trouxe à tona a lembrança de homens que lutaram em favor da democracia e cujos atos não podem ser esquecidos, pois, por isso, foram humilhados e mortos. Sua morte, no entanto, não pode ser disfarçada com lembranças e honras póstumas com o intuito de sanar

possíveis dívidas da sociedade com o cidadão ou de, em contrapartida, trazer algum mérito para o governo da época.

A voz do narrador é deslocada para a escrita no trecho da crônica a seguir, pois a sensação transmitida é de um orador que discursa para um público ouvinte, como se estivesse em um auditório defendendo essa questão:

Sabe de sobra o meu leitor quanto eu sou cidadão pacífico, disposto a gostar das pessoas, sempre à procura do lado bom, o lado do sol – mas reconheça também que há certas coisas que irritariam o próprio São Francisco de Assis, santo de cordeiros, que a todos chamava irmãos. Não sou tão mesquinho que entenda ser obrigação de quem criou ódio ficar agarrado a ele até ao fim da vida, só para não se desdizer e confessar o erro. É ótimo que as pessoas evoluam no bom sentido, abandonem rancores, ganhem aquela direitura moral que impõe o respeito pelos adversários, é excelente que se perca a tineta de cortar cabeças, vidas, carreiras, ideias, convicções. Até aqui, tudo certo. Mas já não me parece bem (porque o gesto não é desinteressado, oh não) este afã de recuperar cadáveres de gente que em vida (na sua única vida, senhores) foi odiada, caluniada, lançada para fora das cidadanias, gente cujo único crime foi ter opiniões diferentes acerca do modo de governar a Cidade. Antes deixassem em paz estes mortos, se em vida ela lhes foi negada. E não venham dizer-me que a morte nivela tudo, e portanto nela acabam os despeitos, as invejas, as malquerenças. E que aí começa a fraternidade universal – e nacional. Eu não sei se nos outros países as coisas se passam da mesma maneira. Se calhar, sim, e todas estas inumações e exumações serão apenas outra modalidade de alternância do sim e do não, como aqueles cartazes da rua, colados uns sobre os outros, a contar com a fraca memória de quem passa e deita um olhar ao longo das paredes, decoradas com palavras que parecem novas, com desenhos que parecem outros, com rostos que parecem diferentes (SARAMAGO, 2007, p. 153).

Nessa narrativa de Saramago, o uso que o autor faz da língua define o seu fluxo, que é ininterrupto. Nesse sentido, em outra parte da crônica já citada “Ler”, o autor (2009<sub>b</sub>, p. 43) fala sobre a língua: “Admitindo que possamos compará-la a um rio, sentimos que é como uma grande massa de água que desliza com peso, com brilho, com ritmo, mesmo que, por vezes, o seu curso seja interrompido por cataratas”. Nessa comparação, relacionada ao fato da língua ser transportada para a escrita, o rio representa o fluxo de pensamento e a estruturação deste na escrita. As cataratas, por sua vez, podem ser definidas como sendo as constantes digressões no discurso do autor, aprendizado recebido pelas leituras das obras de Garrett, já que em Saramago, o discurso não se dá em linha reta. Segundo o autor (2010, p. 232), “sou um escritor barroco e a minha frase avança numa espécie de linha cicloide”.

Esse espaço que se abre pelas digressões constantes em seu texto equivale a um parêntese filosófico no qual o autor aborda temas que permeiam suas obras, como a essência humana, o poder, seja de que tipo, e a intolerância política, entre outros, em uma narrativa que retorna ao fio central condutor. A questão política, como observado, é o tema que mais aparece em suas crônicas, o que sugere que os escritores que o influenciaram também o fizeram nesse sentido, pois também usaram seus discursos contra a política desqualificada, que não cumpre com sua função social e negligencia a voz da população em prol de poucos.

É nesse desvio narrativo e na abordagem de temas, ora comuns, ora polêmicos, que o narrador-autor encontra também espaço para definições e sentenças, fazendo, por vezes, os ânimos de alterarem, mas com pertinência e habilidade, o que será observado no item que segue.

#### **4.2.2 Sentenças marcadas de um escritor**

De espírito crítico e sagaz, incondicionalmente questionador, Saramago (2010, p. 455) garante que “o intelectual não pode estar com o poder”, por isso as versões sobre os fatos impostos pelo poder de qualquer nível devem ser estímulo para resistência desses pensadores. Sendo a linguagem também usada para mascarar os fatos, o autor insiste em libertá-los, tornando-os públicos e, principalmente, claros. De acordo com Aguilera (SARAMAGO, 2010, p. 454), “iluminar e desentranhar o real constituía uma aspiração central do pensamento saramaguiano, ações estas associadas à desaprovação da mentira e do poder mistificador”. Dessa forma, o autor em estudo resistiu ao modo obrigatório de pensar de todas as épocas das quais participou como livre pensador, andando contra a corrente, sempre na tentativa de elucidar questões que envolviam o ser humano em suas várias situações, questões que entendia serem da maioria.

Para o autor, acompanhar os fatos e ter a possibilidade de interferir era uma motivação para escrever. O ato de interferir e fazer sua voz presente na escrita ocorre muitas vezes em forma de sentenças que incomodam alguns, mas ajudam a transformar a realidade de outros. Desse modo, suas crônicas funcionam como um sismógrafo do que estava ocorrendo na época em que as escreveu. Ao longo deste



estudo, muitas análises de Saramago foram destacadas e também apresentam sentenças, porém, para essa seção, serão analisadas as intervenções em forma de sentença apresentadas no blog do autor, cujas crônicas escritas entre 2008 e 2009 formam suas últimas análises publicadas acerca do mundo em que viveu, nas quais trata de temas atuais, articulados com os acontecimentos que marcam essa época. Buscando sempre a liberdade, a abordagem do autor revela sua visão de mundo pautada na ideia de uma humanidade mais ética e em condições de se encaminhar para um futuro mais decente em todos os aspectos. Sobre isso, em *O caderno 2*, o autor (2009<sub>b</sub>, p. 157) destaca que “não estamos num mundo aceitável, bem pelo contrário, vivemos num mundo que está a ir de mal a pior e que humanamente não serve”.

Sob esse viés e nunca se esquecendo do fato de Saramago ser ateu confesso, embora jamais tenha deixado de falar em Deus, ele nega a afirmação universal de que somos todos filhos de Deus, pois as injustiças e atrocidades ocorridas atestam sua teoria. Segundo o autor (2009<sub>b</sub>, p. 126), “diz-se que todos somos filhos de Deus. Não é verdade, mas com esta falsidade se consolam muitos”. É claro que essa é uma sentença que gera polêmica e o faz ser tratado como herege pela Igreja Católica, como ocorreu na época em que escreveu *O evangelho segundo Jesus Cristo*, no entanto, é por pensarem assim que muitos homens não buscam o melhor e aceitam a vida como lhe designam outros, normalmente os detentores do poder. É contra esses que Saramago articula sua indignação e se expõe publicamente. Nesse sentido, quanto às evidências que o autor traz sobre a humanidade, Umberto Eco (2009, p. 18) julga que Saramago “continua a fazer a experiência do mundo tal como desgraçadamente ele é”.

Em época de crise econômica, principalmente a da zona do euro, muitas crônicas do autor são dedicadas ao assunto, por ser um tema recorrente e também por Portugal estar economicamente em crise. Para o autor, a União Europeia corre o risco de cair no ridículo e de se tornar uma caricatura – um saco de gatos nas mãos de políticos com tendências conservadoras, injustas e visão econômica unilateral. Sobre a União, Saramago afirma na crônica “Saco de gatos”, escrita em 2009, o que desde o seu começo vaticinou sobre sua estrutura e o que deveria conter a fim de se estabilizar seguramente como um grupo financeiro estável, com a intenção de

mediar conflitos e ajustar financeiramente os países do bloco. De acordo com o autor:

Era impossível que os velhos egoísmos nacionais, a sempiterna ambição pessoal dos políticos, a corrupção mental (pelo menos essa) que desde a primeira hora contagia qualquer intento de organização colectiva que não se reja por princípios claros de honestidade intelectual e de respeito mútuo, era impossível, repito, que este conjunto de negatividades extremas não acabasse por confrontar a União Europeia com as sua mais grotesca caricatura (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 30).

No mundo, hoje e sempre, o egoísmo atinge proporções inconscientes, por um lado, e insanas, por outro. Muito do que ocorre com pessoas em outros países não choca mais quem não está envolvido diretamente com a situação. Embora essa seja uma afirmação que se pode chamar de lugar comum, é uma marca do século XX e que se prolonga pelo século XXI. Atento a essa cruel realidade, Saramago sempre tenta trazer temas que levem à reflexão sobre o momento histórico que se está vivenciando tão distanciadamente por muitos. Para o autor, da mesma forma que os intentos dos países poderosos da Europa são unilaterais, as atitudes comuns das pessoas, por vezes, também o são. Ao tratar da indigna situação de africanos na Somália, por exemplo, que são obrigados a fugir em busca de uma vida melhor em outro país, vivendo então como refugiados, porém humilhados e constrangidos da mesma forma que em seu país, o autor atesta essa realidade na crônica “Yemen”, buscando informar sobre esse fato e, principalmente, indignando-se contra a ideia de que, aos olhos de uma grande maioria, aquela situação parece não perturbar mais. Segundo o autor, a realidade dessas pessoas:

Seria capaz de nos tirar o sono se a nossa flexível consciência não se tivesse acomodado à ideia de que o mundo vai aonde querem os que o dominam e que para nós já será bastante cultivar o nosso quintal o melhor que soubermos, sem que tenhamos de preocupar-nos com o que se passa do outro lado do muro. Esta sim é a mais velha história do mundo (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 205).

Para muitos, sentenças do autor (2009<sub>b</sub>, p. 205-206) como “gerações e gerações de africanos têm sido lançados à fogueira perante a mal disfarçada

indiferença ou a impudente cumplicidade da opinião pública mundial” podem chocar, ao invés do fato que as gerou, corroborando com sua analítica conclusão em outra crônica escrita em 11 de agosto de 2009 de que:

O egoísmo pessoal, o comodismo, a falta de generosidade, as pequenas cobardias do quotidiano, tudo isso contribui para essa perniciosa forma de cegueira mental que consiste em estar no mundo e não ver o mundo, ou só ver dele o que, em cada momento, for susceptível de servir os nossos interesses (SARAMAGO, 2009<sub>b</sub>, p. 207).

A mudança de conceitos e de atitudes em função desses desvalidos é deveras demorada e requer conscientização da sociedade, além de políticas conjuntas entre setores interessados nessa mudança. Segundo Saramago (2010, p. 429), “sem política não se organiza uma sociedade. O problema é que a sociedade está na mão de políticos profissionais”. Casos de crueldade em África se repetem e continuarão a se repetir em outros pontos do mundo. A falta de sensibilidade a que o mundo assiste esses acontecimentos, como em Sarajevo, na década de 1990, ou as guerras no Oriente Médio, atualmente, com a Palestina devastada sob vários aspectos, é que causa profundo estranhamento ao autor, sendo que esse é um motivo para se indignar, porém a sociedade não o faz. Para Saramago, em uma entrevista concedida em 1994:

Temos muita informação, mortos destroçados saltam diante dos nossos olhos em plena hora do jantar, mas essa informação se esgota nela mesma; parece que nos damos por satisfeitos com o simples fato de ter a informação. Trinta anos atrás, aquilo que acontece em Sarajevo teria mobilizado milhares de pessoas. Hoje, ninguém abre a boca para protestar (SARAMAGO, 2010, p. 430).

Se fosse questionado hoje sobre os atentados da ETA, sobre o governo de Israel ou sobre as políticas dos Estados Unidos da América no Oriente Médio ou em relação aos países da América Latina, Saramago provavelmente repetiria as mesmas palavras de há 18 anos, pois em mais uma sentença o autor (2009<sub>b</sub>, p. 156) afirma que “não deve haver limites para a indignação”. O autor, no entanto, observa que a preparação de uma possível sociedade mais justa pode ser também estruturada previamente por meio da educação, da formação pessoal, resgatando o

que, para ele, é a marca da prosperidade mundial: a democracia, ou uma versão melhor da que se conhece. Na crônica intitulada “Formação”, ele articula sobre o que seria o fundamento dessa sociedade:

A universidade deverá ser tanto uma instituição dispensadora de conhecimentos como o lugar por excelência de formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada para a liberdade e para a crítica, para o debate responsável das ideias. Argumentar-se-á que parte importante dessa tarefa pertence à família [...]. A família, salvo exceções, tende a adormecer consciência, ao passo que a universidade, sendo lugar de pluralidades e encontros, reúne todas as condições para suscitar uma aprendizagem prática e efectiva dos mais amplos valores democráticos, principiando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. Há que procurar o modo de reinventá-la, de arrancá-la ao imobilismo da rotina e da descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos poderes económicos e políticos a que convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que nos têm impedido de verificar se por trás dela algo subsiste ainda [...]. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde (SARAMAGO, 2009<sup>b</sup>, p. 141).

Nesse texto, o autor menciona que é necessário repensar a democracia como forma de alteração do quadro frágil e desumano em que a sociedade mundial se encontra. Não dado a utopias, mas ainda esperançoso de um futuro moldado por pensadores de hoje, Saramago julga ser a democracia económica, cultural e política o único meio de convivência entre os povos, já que a globalização os aproxima. No final da crônica, no entanto, questiona se a universidade quereria ajudar nesse sentido, pois os intelectuais que participam de seu tempo necessitam da continuidade de seu serviço, e é nesse sentido que a universidade pode ajudar, formando também cidadãos que passem a ser livres pensadores, buscando, por conseguinte, a liberdade para a humanidade. Assim, de sentença em sentença, Saramago critica a falta de ética na sociedade mundial, que, para o autor, tem todas as possibilidades de ser realmente uma sociedade, tal como o nome sugere, mas que é afetada pelo egoísmo galopante e a insanidade de alguns governantes.

A voz presente em seus textos também apresenta presságios que envolvem, principalmente, Portugal e as questões políticas que o configuram mundialmente, tema abordado a seguir.

### 4.2.3 Presságios: a interligação do hoje e do ontem nas crônicas de Saramago

Ao perguntar o que são as crônicas, pretextos ou testemunhos, Saramago (1997, p. 56) responde, como visto, que elas “são o que podem ser”, já que também funcionam como pretexto e testemunho ao mesmo tempo. O autor usa suas crônicas para narrar os acontecimentos cotidianos mundiais, mas igualmente as usa com o pretexto de avaliar o mundo. Em suas análises passadas e atuais, encontramos um intertexto que, por vezes, é complementar, pois algumas questões são retomadas e atestam o já dito, intencionalmente, ou não, o que se pode chamar de presságios. No novo dicionário Aurélio, “presságio” quer dizer “sinal que se supõe indicar um acontecimento futuro”. Um bom presságio prediz acontecimentos desejáveis, enquanto um mau presságio prediz acontecimentos desastrosos. Pressentir, pois, uma situação futura não significa adivinhá-la, mas defini-la mediante os fatos do presente. Para Saramago, as frases que indicam previsões são formas de avisar, denunciar e trazer à tona questões que levem seus leitores à reflexão.

Um exemplo disso é a crônica escrita em 2009, que trata dos “egoísmos nacionais, a sempiterna ambição pessoal dos políticos e a corrupção mental (pelo menos essa)” que sufoca qualquer tentativa democrática eficiente, que retoma as observações escritas em 18 de junho de 1998 acerca de Portugal e de seu papel no bloco econômico europeu. Nesse texto, Saramago pressentia que a situação periférica apresentada no capítulo segundo desse estudo perduraria, pois as questões nacionais sempre seriam primazia, e obviamente as economias mais fortes do grupo se sobressairiam. É evidente que a ajuda em socorrer economicamente outros países do grupo, como ocorreu recentemente com a Grécia, é em função também do grande prejuízo que os membros mais poderosos da União sofreriam e a consequência que isso traria para o mercado mundial. O trecho da crônica intitulada “A soberania deles” destaca as certezas do autor sobre o futuro de Portugal e da União Europeia, assim como quem seriam seus comandantes:

Um país inferior economicamente e politicamente subalterno, como é o caso de Portugal, sempre haverá de correr maiores e mais graves riscos que outros seus ‘parceiros’ bafejados pela História, pela Geografia e pela Fortuna, pois, no que toca a soberanias e identidades, será forçado a renunciar, substancialmente, a muito mais que aqueles outros que, por

terem influências económica e política de peso, estão em condições de escolher e impor o jogo, de decidir as regras e baralhar as cartas (SARAMAGO, 1999, p. 216)

Do mesmo modo, trazendo para os dias atuais o relato sobre a falta de ideias que propulsionariam Portugal para um futuro melhor, relato registrado na entrevista realizada em 2003 para a revista *Visão*, vemos que muita coisa não mudou. A crise que afeta a Europa mostra que os presságios de Saramago não estavam errados. Portugal ainda não tem uma ideia de futuro, continua a administrar suas crises e não consegue resolvê-las, como ocorre com outros países pertencentes à União Europeia. De acordo com o autor:

A realidade é esta: não temos um projeto de país. Vivemos ao deus-dará, conforme o lado de que o vento sopra. As pessoas já não pensam no dia a dia, pensam no minuto a minuto. Estamos endividados até às orelhas e fazemos uma falsa vida de prosperidade. Aparência, aparência, aparência – e nada por trás. Onde estão as ideias? Onde está uma ideia de futuro para Portugal? Como vamos viver quando se acabarem os dinheiros da Europa? Os governos todos navegam à vista da costa e parece que ninguém quer pensar nisto, ninguém ousa ir mais além (SARAMAGO, 2010, p. 103).

Economicamente, Portugal depende da Europa que, por conseguinte, depende de políticas melhores para fortalecer a zona do euro, questões que, avaliadas, são evidências para análises econômicas presentes e futuras, entretanto, o que Saramago critica é a falta de ideias que pode levar à querida transformação cultural do país, que influencia suas relações econômicas dentro e fora da União Europeia. Esse questionamento sobre Portugal já havia sido proposto pelo autor (1990, p. 311) em uma outra crônica escrita em 1975, na qual ele afirma que “a resolução das crises, até hoje, nem sempre tem sido o degrau para subir, mas apenas o patamar para repousar um pouco enquanto se prepara a próxima crise”.

É essa conduta do governo que faz o cronista (2010, p. 101) perceber e externar criticamente a falha e acusar o poder de continuar falhando, de não agir em função de promover mudanças ideológicas que propiciem autonomia para o país, dialogando com suas palavras apresentadas no primeiro capítulo deste estudo: “Não temos mais ideias do que as que nos dizem que devemos ter. A União Europeia nos dita o que devemos fazer em todos os níveis da vida”.

Em uma análise e postada no blog do dia 29 de setembro de 2008, o autor resume a situação política mundial sobre a qual vem escrevendo desde as primeiras crônicas em 1968, sempre com a convicção de que é a democracia verdadeira que pode resolver qualquer tipo de crise e não o governo exercido pelo mais rico, aquele destacado pela crônica de 1988, “A soberania deles”, já citada nesta seção. De acordo com Saramago:

É a própria e concreta situação do mundo chamado democrático, que se é verdade serem os povos governados, verdade é também que não o são por si mesmos nem para si mesmos. Não é em democracia que vivemos, mas sim numa plutocracia que deixou de ser local e próxima para tornar-se universal e inacessível. Por definição, o poder democrático terá de ser sempre provisório e conjuntural, dependerá da estabilidade do voto, da flutuação das ideologias ou dos interesses de classe, e, como tal, pode ser entendido como barómetro orgânico que vai registando as variações da vontade política da sociedade. Mas ontem como hoje, e hoje com a amplitude cada vez maior, abundam os casos de mudanças políticas aparentemente radicais que tiveram como efeito radicais mudanças de governos, mas a que não seguiram as mudanças económicas, culturais e sociais radicais que o resultado do sufrágio havia prometido. [...] E se falo assim do mercado é porque é ele, hoje, e mais que nunca em cada dia que passa, o instrumento por excelência do autêntico, único e insofismável poder, o poder económico e financeiro mundial, esse que não é democrático porque não o elegeu o povo, que não é democrático porque não é regido pelo povo, que finalmente não é democrático porque não visa a felicidade do povo (SARAMAGO, 2009<sub>a</sub>, p. 39-40).

As crises sempre indignaram Saramago, ou, principalmente, os fatos geradores dessas. A maior de todas, a que pode ser controlada e que retoma suas palavras sobre o excesso de egoísmo e ações sob o ponto de vista unilateral, é a crise moral. Para o autor (2009<sub>a</sub>, p. 167), essa é a “principalíssima” e está vinculada às outras. Relata o autor que essa crise:

Arrasa o mundo e dela me permitirei dar alguns exemplos. Crise moral é a que está padecendo o governo israelita, doutra maneira não seria possível o entender a crueldade do seu procedimento em Gaza, crise moral é a que vem infectando as mentes dos governantes ucranianos e russos condenando, sem remorsos, meio continente a morrer de frio, crise moral é a da União Europeia, incapaz de elaborar e pôr em ação uma política externa coerente e fiel a uns quantos princípios éticos básicos, crise moral é a que sofrem as pessoas que se aproveitaram dos benefícios corruptores de um capitalismo delinquente e agora se queixam de um desastre que deveriam ter previsto (SARAMAGO, 2009<sub>a</sub>, p. 167-168).

Nesse texto escrito em 19 de janeiro de 2009, o autor novamente sintetiza observações destacadas em crônicas passadas, organizando-as com as atuais. Sua visão de mundo é evidenciada pela preocupação com temas que abrangem outras culturas e povos, mas que afetam a todos. A União Europeia é sempre criticada, pois o autor insiste na concepção de que os governos sabem o que deve ser feito, mas não o fazem por interesses outros que não os do povo. Do mesmo modo, muitos são os textos que tratam da crise financeira, a atual, a anterior e as de há alguns anos, no entanto, as análises de Saramago vão além do que é financeiro, vão ao questionamento dos reflexos dessas crises na humanidade, na falta de justiça do lado governante, por isso, opressor. Para o autor (2009<sub>a</sub>, p. 78) “crimes contra a humanidade não são somente os genocídios”:

Crime contra a humanidade é o que os poderes financeiros e económicos dos Estados Unidos, com a cumplicidade efectiva ou tácita do seu governo, friamente perpetraram contra milhões de pessoas em todo o mundo, ameaçadas de perder o dinheiro que ainda lhes resta e depois de, em muitíssimos casos (não duvido de que eles sejam milhões), haverem perdido a sua única e quantas vezes escassa fonte de rendimento, o trabalho (SARAMAGO, 2009<sub>a</sub>, p. 78).

A crônica acima foi escrita para o semanário *Expresso de Lisboa* e para o jornal *Público*, da Espanha, na época em que George W. Bush era presidente dos Estados Unidos, e postada no blog do autor no dia 20 de outubro de 2008. Suas palavras destacam a preocupação de Saramago com a questão maior de todas, a sobrevivência em um mundo constantemente em situações críticas, como as guerras, as perdas econômicas e as consequências dessas situações. Como portavoza de muitos, como se sabe, o autor utiliza sua condição de intelectual de seu tempo para expor as ações dos governos, que muitas vezes não consideram as dificuldades pelas quais o povo passa para solucionar problemas que eles criam, com políticas públicas e pacotes econômicos cruéis, como é o atual caso do governo espanhol<sup>17</sup>, que tem contribuído ainda mais para um crescente número de desempregados no país e a quem essa crônica também foi dirigida.

---

<sup>17</sup> O país que mais simboliza este momento difícil do bloco é a Espanha. O governo confirmou o retorno à recessão, marcado por dois trimestres de contração na economia. Os espanhóis vão às ruas em manifestações programadas em várias cidades do país para protestar também contra as



Assim, a voz que ecoa nas crônicas de Saramago se mostra de formas variadas, seja na inclusão da fala na escrita, seja no uso de expressões populares, seja no destaque que dá a personagens do cotidiano e sua ligação com o povo comum, com sua sabedoria e apego à tradição. Sua escrita sugere, como visto, que o narrador-autor participa dos eventos de seu tempo, preocupado com o destino do povo português e com o do mundo em que vive. Por meio de presságios ou de sentenças, o autor questiona e traz à tona questões relevantes para a sociedade, empenhando-se em cumprir com seu papel de intelectual em uma época de grandes mudanças para a sociedade mundial, usando a literatura como instrumento de ação contra a falta de informação e comunicação entre o Estado e o povo, sempre necessitado de alguém que o conduza, evidenciando seu estilo e afirmando que é como português que repensa seu país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nasceu da ideia surgida há dez anos por meio da análise de algumas obras de José Saramago, nas quais se observou um estilo narrativo marcante e diferente, repleto de sentenças e definições sobre os temas abordados, por meio das falas das personagens ou das constantes digressões que ocorrem em seu texto. Tal ideia somou-se à observação do “laboratório” de escrita operado pelo autor nas suas crônicas, que pode ser explicado pelo que Umberto Eco (2009, p. 18) afirmou acerca da criação literária quando disse que “é a escrita diária que inspira obras de maior empenho, e não o contrário”. Dessa forma, estudar as crônicas publicadas de Saramago é visualizar sua trajetória como escritor e intelectual, além da evolução de sua escrita singular e crítica. Um cotejo entre as primeiras crônicas escritas em 1968 e as últimas, compostas para o *blog* até 2009, mostra um escritor sempre disposto a elucidar os fatos e a opinar a fim de traduzi-los para o leitor, contribuindo para a formação cultural do povo português e desempenhando sua função como intelectual participativo em analisar o cotidiano nacional e, muitas vezes, internacional.

O compromisso do cronista contemporâneo e do que acompanhou em crônica o processo histórico português (observado e narrado durante os últimos quarenta anos de sua vida) é evidenciar os acontecimentos que retratem a realidade. A literatura pode, como ferramenta, ser mais uma forma de contato entre o formador de opinião e o público, nesse caso, o leitor. Por esse foco, ela faz parte da vida, interfere nas reações do indivíduo diante dos fatos traduzidos. Sendo uma expressão literária, não tem a função de transformar a realidade, mas contribui para que o leitor repense o mundo em que vive, influenciando em seu comportamento, pois reflete a sociedade e suas transformações. Boaventura de Sousa Santos (2010<sub>a</sub>, p. 239) defende que a literatura tem como atributo ser um instrumento “privilegiado” na construção da “consciência nacional”, instrumento utilizado pelo autor em estudo.

Para Saramago (2010, p. 183), o prodígio da literatura é “poder ser capaz de chegar mais fundo na consciência dos leitores, mesmo falando sobre outra coisa”. No romance, conforme Eco (1994, 118), “apostamos que seremos fiéis às sugestões

de uma voz que não diz explicitamente o que está sugerindo”. Na crônica, essas sugestões versam sobre os temas do cotidiano no qual o autor está inserido, e a voz narradora encontra mais ouvintes leitores, beneficiando-se da característica de ser um gênero dinâmico no atribulado mundo contemporâneo. Ao se definir, então, como o próprio narrador de seus textos, Saramago torna de outros a sua experiência, compartilhando com o leitor sua visão de mundo.

Assim, nas três categorias formuladas para este estudo, o autor busca entendimento para os acontecimentos diários, tendo Portugal como sua principal temática. As crônicas sob o enfoque memorialístico mostram José Saramago mais lírico, introspectivo e saudosos em relação à infância e à sua vivência com os avós em Azinhaga. As de cunho político destacam sua forte capacidade de intervir civicamente, sempre com opinião sagaz e perturbadora no sentido de transgredir o poder, o que também acontece nas crônicas ficcionais, que trazem a metáfora como artimanha narrativa. A interligação dessas crônicas se dá sob o viés da criticidade, como nas que resgatam ocorrências históricas negativas referentes a Portugal a fim de lembrar o leitor e alertá-lo quanto às ações do governo, instigando a formação de um espírito engajado, que reaja e assuma uma postura politicamente consciente e ativa.

Em contraste com as teorias dos estudiosos que também tentaram definir a essência do português e os caminhos percorridos pelo país até chegar à situação atual, as questões abordadas por Saramago em suas crônicas revelam um intelectual preocupado em criticar, e a partir da crítica instigar a transformação cultural e política necessárias para Portugal. A base de suas teorias é discutida por Santos e Real, cujas análises resultam na afirmação de que Portugal deve passar por essa transformação para que possa ser alterado o quadro cultural do país, que ainda mantém a atitude sugestiva de que sua identidade está firmada nos feitos gloriosos do passado. O complexo vieirino destacado por Real (2007, p. 13), nesse sentido, deveria se transformar e funcionar tendo o passado também como exemplo para que Portugal não incorra nos mesmos erros nem seja motivo para que o português não reconheça sua fragilidade, vendo-se sempre superior, não se indignando ou se rebelando contra injustiças de qualquer natureza e, principalmente, as de ordem diretamente política, que afetam sua consciência nacional.

Para Saramago, o futuro de Portugal depende disso, no entanto, o autor defende a real democracia como seu alicerce, sem a qual o país nunca crescerá cultural e economicamente. Como país semiperiférico no contexto atual europeu, Portugal, apesar de ser rico culturalmente, insiste em se adequar à homogeneidade europeia, esquecendo-se de que sua percepção quanto à identidade é formada por várias culturas. Sua heterogeneidade cultural torna a coletividade identificável, forçando o indivíduo a não ser nada dentro dela, como sugeriu Pessoa (1923, p. 18). Assim, como cronista, o autor também buscou elaborar propostas que apontassem a ética como fator primordial para que Portugal encontre o caminho para um futuro mais coerente em todos os aspectos, principalmente levando em consideração a condição social e a cultura tradicional do português.

O escritor português, portanto, usa o poder de sua criação para traduzir os fatos para o leitor, que passa a contribuir com a narrativa a partir do seu entendimento, dando-lhe sentido e realçando esse poder. A voz presente em seu texto recebe influências diversas e também influencia e valoriza seu público, tentando ser um eco das ansiedades da sociedade. Se a maior característica de Saramago, como já dito, é ser um escritor português, ele o fez de forma persuasiva e fiel às suas convicções, nunca esquecendo que faz parte da época que narra em suas crônicas, participando e fazendo belo uso de sua língua, assim como seu mestre, Antônio Vieira. Desse modo, não importando o tema escolhido, a ideia apontada ou a crítica configurada, os acontecimentos diários ganham novas formas sob o olhar do cronista, identificado com a vida pública e com o tempo presente.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Fernando Gómez. In: SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALBUQUERQUE, Gouveia de. **Euforia de quê?** Ainda estamos na cauda da Europa. Diário de Notícias. Lisboa: 23 de junho de 1988, p.18.

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora brasiliense, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. Companhia das Letras, 1994.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: **A CRÔNICA: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAM; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, Virgílio de. **Espaço de afirmação e autonomia de Portugal**. Diário de Notícias, Lisboa, 10 de dezembro de 1985.

DUARTE, Helena Vaz. **Provérbios segundo José Saramago**. Lisboa: Edições Colibri/IELT, 2006.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ECO, Humberto. Um blogger chamado Saramago. In: SARAMAGO, José. **O caderno 2**. Lisboa: Caminho, 2009

\_\_\_\_\_. **Seis passos pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ECO, Humberto. Ironia intertextual e níveis de leitura. In: \_\_\_\_\_. **Sobre a literatura**. 2. ed. São Paulo: Editora Record, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. 21.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas de Sigmund Freud**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, V.II 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO CAMÕES. **Base de dados**. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/brandao.htm>> Acesso em: 10 mar 2012.

LOPES, João Marques. **Saramago**. Biografia. São Paulo: Leya, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Gradiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Europa desencantada**. Para uma mitologia europeia. Lisboa: Gradiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Nós e a Europa ou as duas vozes**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.

MARTINS, Guilherme D'oliveira. **Sempre Carlos da Maia e João da Ega**. Diário de Notícias, Lisboa, 22 de Julho de 1988, p.7.

MATTOSO, José. **A Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 2001.

PESSOA, Fernando. **Regresso ao Sebastianismo**. Lisboa: Revista portuguesa, 1923.

REAL, Miguel. **Portugal**: ser e representação. Alges: Difusão Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. **A morte de Portugal**. Porto: Campo das Letras, 2007.

RICOEUR, Paul. **Metáfora e referência**. In: \_\_\_\_\_. A metáfora viva. São Paulo: Loyola, 1975.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 13 ed. 2010.

\_\_\_\_\_. Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. **Análise Social**. Vol. XXI, n. 87-88-89, 1989. Disponível em: <[www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado\\_e\\_sociedade\\_Analise\\_social.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado_e_sociedade_Analise_social.PDF)>. Acesso em: 22 fev 2012.

SARAMAGO, José. **A bagagem do viajante**. 9.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A jangada de pedra**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **As palavras de Saramago**. AGUILERA, Fernando Gómez (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Lanzarote**. Volume IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Deste mundo e do outro**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

\_\_\_\_\_. **Folhas políticas**. 1976-1998. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1999.

\_\_\_\_\_. **Memorial do convento**. 31.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **O caderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O caderno 2**. Lisboa: Editorial Caminho, 2009

SARAMAGO, José. **Os apontamentos**. Crônicas políticas. 3.ed.Lisboa: Caminho, 1990.

SEIXO, Maria Alzira. **Lugares da ficção em José Saramago**. O essencial e outros ensaios. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1999.



## ANEXO A – Crônica o tempo das histórias

Há ocasiões em que me cai em cima uma sincera pena de mim mesmo por já não ser capaz de acreditar em certas maravilhosas histórias que li na infância, quando saber ler (descobri-o mais tarde) equivalia a abrir portas para o espírito, mas também, em certos casos, a fechar algumas portas dele. Porque nessas histórias me ensinavam coisas que não tinham acontecido, e assim me davam, no mesmo gesto, verdades e irrealidades. Mas tão arraigado está em nós o gosto do maravilhoso, que me acontece o que já disse, e vem a ser, ter pena e lástima de mim, por não acreditar agora, e, quem sabe, por não ter acreditado nunca.

Uma dessas histórias, a mais breve que conheço, está contada em duas linhas e é isto apenas: “E disse Deus: Faça-se a luz. E foi feita a luz”. Não sei que génio escreveu estas palavras, mas digo que graças a elas uma pessoa pode ser convencida a acreditar no poder demiúrgico do verbo. Sem imagens, somente com uma simples declaração circunstancial, vemos a escuridão total, ouvimos a grande voz impossível e assistimos ao nascimento primeiro da luz. Como obscuro escritor que sou desta terra, curvo-me perante tal prodígio de arte literária.

Mas, depois de me ver curvar reverente, levanto de novo a cabeça e olho a frio o desenho das palavras, a mancha particular e única que cada uma faz no papel, vejo-as formarem-se nas múltiplas bocas dos meus contemporâneos, analiso o encadeamento dos sons e o sentido subjacente, e sinto-me perdido num bosque povoado de fantasmas de conceitos, de sombras de raciocínio, de fogos-fátuos de ideias. É então que mais recordo o tempo das palavras de um sentido só – porque era a primeira vez que as ouvia.

Este país de gente calada, que dificilmente junta duas ideias de forma inteligível, sem os bordões onomatopaicos a que a frase se vai laboriosamente encostando – é, ao mesmo tempo, um dos países em que mais se fala. Compreende-se porquê. Aqueles a quem é dada a autoridade e às vezes a ordem de falar, sabendo que falam para uma população de alheados, usam e abusam do verbo, numa espécie de jovial impunidade. De mais sabem eles que não terão contraditores, que ninguém lhes apontará as incoerências, os ilogismos, as contradições, os atentados contra a verdade, os erros de gramática. Entre cada duas falas, quantas vezes repetidas com pouca diferença no estilo, há uma cápsula

de silêncio protector que, ao parecer, nada poderá quebrar ou sequer fender. Daí que ao longo do ano possamos verificar quanto os oradores se mantêm fiéis a si próprios, imperturbavelmente serenos, ou, se agitados, apenas porque à ocasião calhou. Mas as palavras são as mesmas: se não exprimem as ideias de quem fala, exprimem as ideias de que convém falar.

Sobre a realidade do país assenta pois um tecido de palavras de que se poderia tirar uma trama supostamente expressão em linguagem dessa mesma realidade. Mas a verdade é outra – e muito diferente. Os grandes problemas nacionais – a educação, a emigração, a liberdade de expressão, a representação política, o nível de vida, a informação, o apetrechamento industrial, o investimento estrangeiro, etc., etc. -, se nos gabinetes são discutidos com objectividade e pertinência (ou sê-lo-ão em obediência a soluções que o país não aprovou ou de que não tomou conhecimento), passam dali para o exterior envolvidos num gabinete de sons nebulosos que nos deixam a todos na igual e anterior ignorância.

Agravar velhas taras linguísticas e quadragenárias dificuldades de comunicação, surgiu recentemente uma linguagem de tipo tecnocrata que tem artes de transformar os problemas do estômago, da dor física e moral, da reivindicação cívica, da vida e da morte pessoal ou colectiva em abstracções esterilizadas que podem ser manejadas sem incómodo e de mãos limpas. Juntem-se a isto, repito, os velhos tropos sentimentos e demagógicos ainda em pelan aplicação – e teremos um panorama francamente deplorável, a corrente de ida e volta (inevitável, mesmo em discordância) entre os governantes e aqueles que a governação teriam delegado.

O país, mesmo quando sai à rua para aplaudir, mesmo quando pendura colgaduras das janelas, mesmo quando manda as suas crianças vestidas de branco formas áleas – o país, mesmo quando faz tudo isto e sobretudo porque faz tudo isto, está perigosamente alheado dos seus problemas e dos riscos que corre. Que todo o mundo se encontra em crise, não é novidade. Que as alianças de interesses se fazem e desfazem no decorrer de uma breve semana, que os regimes se substituem em vinte e quatro horas, que as repressões inundam o mundo de sangue – são coisas que todos nós vamos sabendo, melhor ou pior, e às vezes com grande luxo de pormenores, através da imprensa. Mas a mesma imprensa limita-se a dar uma imagem oficial, ou oficiosa, ou oficializante, das realidades e dos acontecimentos internos naquela linguagem inócua em que são redigidos os comunicados finais das conferências entre governantes de países diferentes. Não é raro lermos que foram

tomadas providências para resolver um problema cuja discussão pública de impedira, não é raro ficarmos a saber que Portugal vai representar-se aqui ou além, por intermédio de jornais estrangeiros ou por jornais portugueses em noticiário fornecido por agências estrangeiras. Fiquem apenas estes exemplos. Alguém que conserve ainda um mínimo de dignidade cívica, de responsabilidade, terá forçosamente de sentir-se humilhado diante de uma situação que o mantém em estado de menoridade intelectual, de adolescência vigiada, de infância constrangida. As velhas histórias pesam. Afirmam que a luz se fez e procedem hipnoticamente por repetição. Entretanto, o espírito carcado levanta a cabeça e pergunta: “Que luz? Onde? Para quem?”

## ANEXO B – História do rei que fazia desertos

Era uma vez um rei que nascera com um defeito no coração e que vivia num grande palácio (como sempre costumam ser os palácios dos reis), cercado de desertos por todos os lados, menos por um. Seguindo o gosto da mazela com que viera ao mundo, mandara arrasar os campos em redor do palácio, de tal maneira que, assomando pela manhã à janela do seu quarto, podia ver desolação e ruínas até ao fim e ao fundo do horizonte.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

Encostado ao palácio, da banda das traseiras, havia um pequeno espaço murado que parecia uma ilha e que ali calhara ficar por estar a salvo dos olhares do rei, que muito mais se comprazia nas vistas da fachada nobre. Um dia, porém, o rei acordou com sede de outros desertos e lembrou-se do quintal que um poeta da corte, adulator como a língua de um cão de regaço, já antes comparara a um espinho que picasse a rosa que, em seu dizer, era o palácio do monarca. Deu pois o soberano a volta à real morada, levando atrás de si os cortesãos e os executores das suas justiça, e foi olhar torvo o muro branco do quintal e os ramos das árvores que lá dentre haviam crescido. Pasmou o rei da sua própria indolência que consentira o escândalo e deu ordens aos criados. Saltaram estes o muro, com grande alarido de vozes e de serrotes, e cortaram as copas que por cima sobressaíam.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

Mirou o rei o resultado, a ver se seria bastante, a consultar o seu coração defeituoso, e decidiu que os muros deviam ser deitados abaixo. Logo avançaram umas pesadas máquinas que levavam penduradas grandes massas de ferro, as quais, balouçando, deram com os muros em terra, entre estrondos e nuvens de poeira. Foi então que apareceram à vista os troncos degolados das árvores, as pequenas culturas e, num extremo, uma casa toda coberta de campainhas azuis.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

Pelas nesgas que as árvores deixavam, já via o rei o fim do horizonte, mas temeu que os ramos de repente crescessem e viessem arrancar-lhe os olhos, e então deu outras ordens, e uma multidão de homens se lançou ao quintal e todas as árvores foram arrancadas pela raiz e ali mesmo queimadas. O fogo alastrou às culturas, e diz-se que por essa razão a corte decidiu organizar um baile, que o rei abriu sozinho, sem par, porque, como já foi dito, este rei tinha um defeito no coração.

*E quem isto ler e não for contar,*

*Em cinza morta se há-de tornar*

Acabou a dança quando se apagavam as últimas labaredas e o vento arrastava o fumo para o fundo do horizonte. O rei, cansado, foi sentar-se no trono de levar à rua e deu beija-mão, enquanto olhava de sobrececho a casa e as campainhas azuis. Gritou uma nova ordem e daí a poucos minutos já não havia casa nem campainhas azuis, nem outra coisa, a não ser, enfim, o deserto.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

Para o malicioso coração do rei, o mundo chegara finalmente à perfeição. E o soberano preparava-se já para voltar, feliz, ao palácio, quando dos escombros da casa saiu um vulto que começou a caminhar sobre as cinzas das árvores. Era talvez o dono da casa, o cultivador do chão, o levantador das espigas. E quando este homem andava, cortava a vista do rei e trazia o horizonte para ao pé do palácio, como se fosse sufocar.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

Então o rei puxou da espada e à frente dos cortesãos avançou para o homem. Caíram em cima dele, agarraram-lhe braços e pernas, e no meio da confusão só se via a espada do rei a subir e a descer, até que o homem desapareceu e no lugar dele ficou uma grande poça de sangue. Foi este o último deserto feito pelo rei: durante a noite o sangue se alastrou e cercou o palácio como um anel, e na noite seguinte o anel tornou-se mais largo, e sempre mais, até ao fim e ao fundo do horizonte. Sobre este mar há quem diga que virão navegando um dia barcos carregados de homens e sementes, mas também quem afirme que quando a terra acabar de beber o sangue nenhum deserto será jamais possível refazer sobre ela.

*E quem isto ler e não for contar,  
Em cinza morta se há-de tornar*

## ANEXO C – Natalmente crônica

Vai o ano correndo manso entre noites e dias, entre nuvens e sol, e quando mal nos precatamos, chegamos ao fim, e é natal. Para incréus empedernidos como eu sou, o caso não tem assim tanta importância: é mais uma das trezentas mil datas assinaladas de que se servem inteligentemente as religiões para aferventar crenças que no passar do tempo se tornariam letra morta e água chilra. Mas o natal (tal como as primeiras andorinhas, o carnaval, o começo das aulas, e outras efemérides do estilo) está sempre à coca da atenção ou da penúria do cronista, para que se repitam, pela bilionésima vez na história da imprensa, as banalidades da ocasião: a paz na terra aos homens de boa vontade, a família, o bolo-rei, a mensagem evangélica, o ramo de azevinho, o Menino Jesus nas palhinhas, etc. etc. E o cronista, que no fundo é um pobre diabo a quem às vezes falta o assunto, não resiste à conspiração sentimental da quadra, e bota a fala de circunstância.

Acontece porém que tenho fortes razões para não estar de bons humores, o que me permite esquivar-me desta vez, se alguma outra caí em tão ingênua fraqueza, ao jogo cúmplice do amplexo universal. De mais sei eu que na enfiada de abraços há sempre os que apertam e os que são apertados. De mais sei eu que a confiança é, em muitos casos, a armadilha que a nós próprios armamos, e para ela é que os outros nos empurram, sorrindo. Por isso, esta crônica de natal não vai passar do fala-falando que é a minha única voz possível quando haveria lugar para gritos. Mas o leitor também lá tem a sua vida, quem sabe se dura e difícil, e não há-de aceitar que eu lhe agrave as amarguras. Desculpe o desabafo.

Se a mim mesmo proíbo de falar dos lugares-comuns da época natalícia, se igualmente me proíbo trazer para o terreiro a gaiola das fúrias pessoais, e mais ainda abrir-lhes a porta – que resta para a crônica? Um mundo de coisas, se eu estivesse em disposição de escolher uma, encontrar-lhe o jeito, surpreende-la a olhar para outro lado e caçar-lhe o perfil secreto – que é, afinal, em que se resume a arte de escrever. Mas hoje, não. Tudo quanto dissesse teria um ressaibo ácido, não creio que escapasse uma flor a tanta secura. Que direi, então?

Falarei de si, leitor. Dou-me ao gosto de imaginar que já ganhou um pouco o hábito de parar no rodapé desta página, que algumas vezes aplaudiu e falou aos amigos, que outras vezes não esteve de acordo e disse, enfim, que estas colunas

conseguiram ocupar um pequeníssimo espaço na sua vida. É o máximo que posso desejar. Mas agora quereria que descesse um pouco mais ao fundo e fizesse comigo a descoberta do que representa, para quem escreve, a pública exibição do que sente e do que pensa, do que projecta e do que realizou antes, ou falhou. Sobretudo, o cronista, porque faz da matéria da vida (da sua e da alheia, deste mundo e do outro) a ponte de comunicação e a própria comunicação, acho eu que a muito se atreve e arrisca. Não pode ser um reflexo indiferente, um arranjador de notícias que mesmo quando relatam catástrofes têm sempre alguma coisa de impessoal e distante. Há-de afirmar-se em cada palavra que escreva, de tal maneira que à terceira linha se acabaram os segredos e o leitor não tem mais remédio que uma destas duas atitudes: ou senta o cronista à sua mesa, como faz aos amigos, ou fecha-lhe a porta na cara, como aos importunos, deixando-o a arranhar desanimadamente a bandurra.

Ora nós estamos no natal. Não me deixe o leitor cá fora, porque o frio aperta e a maldade das gentes ainda é pior do que o frio, a chuva gelada ou a lama. (A maldade das gentes, tome bem nota o leitor no seu caderno, é pior do que a lama.) Fico pois aqui sentado, ao canto da mesa, e sou uma testemunha sorridente das suas alegrias, se está nessa maré, ou tento compreender as suas tristezas, se a roda corre contra si. E podemos recordar os casos que lhe contei no desfilar dos dias, dir-lhe-ei o mais que então não pude dizer, e, sobretudo, ficarei calado a ouvi-lo falar da sua própria vida, que, como a Nau Catrineta, também tem muito que contar. Saberei malhas e nós tecem uma existência que não é minha, esta que aqui ando a contar, e uma vez mais descobrirei, sempre com o mesmo espanto, que todas as vidas são extraordinárias, que todas são uma bela e terrível história. Ficaremos calados e pensativos, a ouvir o relógio que vai matando os segundos à nascença para que nós possamos dizer o tempo que vivemos.

Talvez daqui a u ano nos voltemos a encontrar neste mesmo sítio. Tornarei a dizer: “Vai o ano correndo manso entre noites e dias, entre nuvens e sol, e quando mal nos precatamos, chagamos ao fim, e é natal.” Para que tenha justificação o meu título de hoje. Para que a crônica de natal seja natalmente crônica. Mas não desta maneira.

## ANEXO D – Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio

Estou deitado na margem. Dois barcos, presos a um tronco de salgueiro cortado em remotos tempos, oscilam ao jeito do vento, não da corrente, que é macia, vagarosa, quase invisível. A paisagem em frente, conheço-a. Por uma aberta entre as árvores, vejo as terras lisas da lezíria, ao fundo uma franja de vegetação verde-escura, e depois, inevitavelmente, o céu onde bóiam nuvens que só não são brancas porque a tarde chega ao fim e há o tom de pérola que é o dia que se extingue. Entretanto, o rio corre. Mais propriamente se diria: anda, arrasta-se – mas não é costume.

Três metros acima da minha cabeça estão presos nos ramos rolos de palha, canalhas de milho, aglomerados de lodo seco. São os vestígios da cheia. À esquerda, na outra margem, alinham-se os freixos que, a esta distância, por obra do vento que lhes estremece as folhas numa vibração interminável, me fazem lembrar o interior de uma colméia. É o mesmo fervilhar, uma espécie de zumbido vegetal, uma palpitação (é o que penso agora), como se dez mil aves tivessem brotado dos ramos numa ansiedade de asas que não podem erguer vôo.

Entretanto, enquanto vou pensando, o rio continua a passar, em silêncio. Vem agora no vento, da aldeia que não está longe, um lamentoso toque de sinos: alguém morreu, sei quem foi, mas de que serve dizê-lo? Muito alto, duas garças brancas (ou talvez não sejam garças, não importa) desenham um bailado sem princípio nem fim: vieram inscrever-se no meu tempo, irão depois continuar o seu, sem mim.

Olho agora o rio que conheço tão bem. A cor das águas, a maneira como escorregam ao longo das margens, as espadanas<sup>3</sup> verdes, as plataformas de limos onde encontram chão as rãs, onde as libélulas (também chamadas tira-olhos) pousam a extremidade das pequenas garras – este rio é qualquer coisa que me corre no sangue, a que estou preso desde sempre e para sempre. Naveguei nele, aprendi nele a nadar, conheço-lhe os fundões e as locas onde os barbos pairam imóveis. É mais do que um rio, é talvez um segredo.

E, contudo, estas águas já não são as minhas águas. O tempo flui nelas, arrasta-as e vai arrastando na corrente líquida, devagar, à velocidade (aqui, na terra) de sessenta segundos por minuto. Quantos minutos passaram já desde que me deitei na margem, sobre o feno seco e doirado? Quantos metros andou aquele tronco apodrecido que flutua? O sino ainda toca, a tarde teve agora um arrepio, as garças onde estão? Devagar, levanto-me, sacudo as palhas agarradas à roupa, calço-me. Apanho uma pedra, um seixo redondo e denso, lanço-o pelo ar, num gesto do passado. Cai no meio do rio, mergulha (não vejo, mas sei), atravessa as águas opacas, assenta no lodo do fundo, enterra-se um pouco. Mudou de sítio, talvez o inverno o arraste para mais longe, o restitua à margem donde o tirei. Talvez ali fique para sempre.

Desço até à água, mergulho nela as mãos, e não as reconheço. Vêm-me da memória outras mãos mergulhadas noutro rio. As minhas mãos de há trinta anos, o



rio antigo de águas que já se perderam no mar. Vejo passar o tempo. Tem a cor da água e vai carregado de detritos, de pétalas arrancadas de flores, de um toque vagaroso de sinos. Então uma ave cor de fogo passa como um relâmpago. O sino cala-se. E eu sacudo as mãos molhadas de tempo, levando-as até aos olhos – as minhas mãos de hoje, com que prendo a vida e a verdade desta hora.

## ANEXO E – Relação temporal entre a escrita das crônicas e a dos romances

<b>Relação temporal entre a escrita das crônicas e a dos romances</b>			
<b>Data</b>	<b>Publicação em periódicos</b>	<b>Publicação em livro</b>	<b>Romances</b>
1947			<i>Terra do pecado</i>
1966			<i>Poemas possíveis</i>
1968	<i>Deste Mundo e do outro (Jornal A capital)</i>	<i>Deste Mundo e do outro - 1997</i>	
1969	<i>Deste Mundo e do outro (Jornal A capital)</i> <i>A bagagem do viajante (Jornal A capital)</i>	<i>Deste Mundo e do outro – 1997</i> <i>A bagagem do viajante - 1986</i>	
1970			<i>Provavelmente alegria</i>
1971-1972	<i>A bagagem do viajante (Jornal do Fundão)</i> <i>As opiniões que o DL teve (Diário de Lisboa)</i> <i>Os apontamentos (Diário de Notícias)</i>	<i>A bagagem do viajante – 1986</i> <i>Os apontamentos – 1990</i>	
1973	<i>As opiniões que o DL teve</i> <i>Os apontamentos (Diário de Notícias)</i>	<i>Os apontamentos – 1990</i>	<i>O embargo</i>
1974	<i>Os apontamentos (Diário de Notícias)</i>	<i>Os apontamentos – 1990</i>	
1975	<i>Os apontamentos (Diário de Notícias)</i>	<i>Os apontamentos – 1990</i>	<i>O ano de 1993 (Poesia)</i>
1976	<i>Folhas políticas (Abril, Diário de Lisboa)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Manual de pintura e caligrafia</i>
1977	<i>Folhas políticas (Extra)</i>		
1978	<i>Folhas políticas (Extra, Diário de Lisboa, O diário)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Objecto quase (Contos)</i>
1980	<i>Folhas políticas (O diário)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Levantado do chão (Romance)</i> <i>Que farei com este livro? (Teatro)</i>

1981	<i>Folhas políticas (O diário)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Viagem a Portugal</i>
1982	<i>Folhas políticas (O diário, Sílex)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Memorial do convento Provavelmente alegria</i>
1983	<i>Folhas políticas (O diário)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	
1984			<i>O ano da morte de Ricardo Reis</i>
1985	<i>Folhas políticas (O jornal, O diário, Status)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	
1986	<i>Folhas políticas (O diário, Jornal das Letras, Status)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>A jangada de pedra</i>
1987	<i>Folhas políticas (Jornal das Letras)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>A Segunda Vida de Francisco de Assis (Teatro)</i>
1988	<i>Folhas políticas (El país)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	
1989	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>A história do cerco de Lisboa</i>
1991	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>O evangelho Segundo Jesus Cristo</i>
1993	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>In nomine dei (Teatro)</i>
1994	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Cadernos de Lanzarote</i>
1995	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Ensaio sobre a cegueira Cadernos de Lanzarote II</i>
1996	<i>Folhas políticas (Não divulgado)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Cadernos de Lanzarote III</i>
1997	<i>Folhas políticas (Visão)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Cadernos de Lanzarote IV Todos os nomes O conto da ilha desconhecida</i>

1998	<i>Folhas políticas (Visão)</i>	<i>Folhas políticas - 1999</i>	<i>Cadernos de Lanzarote V</i>
1999			<i>Discursos de Estocolmo</i>
2000			<i>A caverna</i>
2001			<i>A maior flor do mundo</i>
2002			<i>O homem duplicado</i>
2004			<i>Ensaio sobre a lucidez</i>
2005			<i>Don Giovanni ou o Dissoluto Absolvido</i>
2006			<i>As pequenas memórias</i> <i>As intermitências da morte</i>
2008	<i>O caderno (Blog)</i> <i>O caderno 2 (Blog)</i>	<i>O caderno (2009)</i> <i>O caderno 2 (2009)</i>	<i>A viagem do elefante</i>
2009	<i>O caderno (Blog)</i> <i>O caderno 2 (Blog)</i>	<i>O caderno (2009)</i> <i>O caderno 2 (2009)</i>	<i>Caim</i>
2010			<i>Claraboia (Romance escrito em 1953)</i>